



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL QUE APRECIARÁ O
NOME DO SENHOR MAURÍCIO ROSLINDO FRUET,
PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1983
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adahil Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khoury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Frutado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nos termos das Leis n.ºs 5.410, de 20 de outubro de 1966 e 6.306, de 10 de setembro de 1972, combinadas com as Resoluções números 2/66, de 05 de outubro de 1966 e 33/72, de 28 de setembro de 1972, a presente reunião tem caráter especial, sendo destinada, especialmente, à deliberação da Assembléia sobre o nome do Senhor Deputado Federal MAURÍCIO ROSLINDO FRUET, indicada pelo Senhor Governador do Estado para a Prefeitura de Curitiba, na forma prescrita pela Constituição.

Na condução dos trabalhos a Mesa seguirá normas de procedimento que são determinadas pelos diplomas legais antes referidos, respeitados os andamentos constitucionais pertinentes.

— Assim, a deliberação sobre o nome do Prefeito ocorrerá em turno único, mediante escrutínio secreto.

— Para o ato de votação serão utilizadas cédulas impressas com a palavra "SIM" e "NÃO", encontráveis na própria cabine indevassável.

— Nas sobrecartas, que os Senhores Deputados receberão da Mesa, deverão ser introduzidas as cédulas com a palavra "SIM", se os votantes desejarem aprovar o nome do Sr. MAURÍCIO FRUET para a Prefeitura de Curitiba; será utilizada a cédula "NÃO", se se pretender negar aprovação ao nome indicado.

— A aprovação ocorrerá se alcançada a maioria absoluta de votos da Assembléia, isto é, a manifestação favorável de, pelo

menos, 30 (trinta) Deputados.

— Permitidas discussão e encaminhamento da votação, é exigida, contudo, prévia inscrição de oradores antes de cada uma dessas fases.

— Para discutir o Deputado poderá falar uma vez, durante 15 (quinze) minutos.

— Encaminhamento da votação, também apenas uma vez, por 10 (dez) minutos.

— Apartes, se permitidos pelo orador, por 02 (dois) minutos na discussão, não sendo admissíveis no encaminhamento da votação.

— Da deliberação da Assembléia a Mesa dará ciência ao Governador em 24 (vinte e quatro) horas.

— Ocorrências não previstas nas leis e resoluções antes apontadas serão enquadradas nas normas regimentais da Casa.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 39/83, oriunda da Mensagem do Poder Executivo n.º 39/83, que submete à apreciação desta Assembléia Legislativa a indicação do nome do Deputado Federal Maurício Roslindo Fruet para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade.

COMISSÃO ESPECIAL

(Indicação do nome do Deputado Federal MAURÍCIO FRUET
Para PREFEITO DA CAPITAL)

P A R E C E R

A Mensagem n.º 41/83, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado indica à apreciação desta Assembléia o nome do Deputado Federal MAURÍCIO FRUET para ocupar o cargo de Prefeito de Curitiba.

A matéria é regida pelos Artigos 22, inciso IX e 108, inciso I, da Constituição Estadual, que estabeleceu que a nomeação do Prefeito da Capital é prerrogativa do Governador, sujeita à aprovação prévia do Poder Legislativo.

O procedimento adotado, além da obediência dos dispositivos constitucionais, está conforme com as normas estabelecidas, também, pela Lei n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966, com a nova redação dada ao seu art. 1.º, da Lei n.º 6.305, de 10 de agosto de 1972.

Por outro lado, a tramitação nesta Assembléia está de acordo com o que é determinado pela Resolução n.º 2/66, de 05 de outubro de 1966, constituída que foi esta Comissão Especial, para apreciação do nome proposto.

Desta forma, se quanto aos aspectos legais o procedimento está correto, indiscutivelmente o nome do Deputado Maurício Fruet, oriundo da manifestação entusiástica das bases partidárias e que representa um acervo de serviços prestados ao Estado, quer como Deputado Estadual, quer Federal, preenche todos os requisitos legais, morais ou de competência, capazes de credenciá-lo à elevada apreciação do Plenário deste Poder.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

ANIBAL KHOURY — Relator

COMISSÃO ESPECIAL

(Indicação do nome do Deputado Federal MAURÍCIO FRUET
para PREFEITO DE CURITIBA)

VOTO EM SEPARADO

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cumprindo mandamento constitucional, através da Mensagem n.º 41/83, submete à apreciação deste Poder o nome do Deputado

Federal Maurício Fruet para ocupar o cargo de Prefeito de Curitiba.

A iniciativa da matéria obedece aos dispositivos legais, artigos 22, inciso IX e 108, inciso I da Constituição do Paraná e a Lei n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966, com a nova redação dada ao seu artigo 1.º pela Lei n.º 6.305, de 10 de agosto de 1972. A tramitação da matéria nesta Assembléia está conforme o que preceitua a Resolução 2/66, de 05 de outubro de 1966.

Cumpridas as formalidades de natureza legal, e como não compete a este Parlamentar opinar sobre o ânimo das bases partidárias do partido majoritário nesta Casa, apresento o presente Voto em Separado, concordando com a qualificação do ilustre Deputado Maurício Fruet, cuja passagem por esta Assembléia é um justo motivo de reconhecimento aos seus méritos.

Finalmente, reitero posições políticas que defendi em vezes anteriores, de defesa intransigente de eleições diretas para os Prefeitos das Capitais brasileiras. Pelo voto soberano do Povo ficam legitimados o poder e o programa de trabalho do ocupante de tão relevante missão.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1983.

(aa) AIRTON CORDEIRO e ERONDY SILVÉRIO

— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Trajan Bastos**) — Para discutir, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, por quinze minutos, ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início deste pronunciamento, gostaria de fazer um registro, porque, há poucos instantes — e por isso se verifica total movimentação no Comitê de Imprensa desta Casa, nós tivemos a eleição desse mesmo Comitê, onde concorreram jornalistas do maior destaque da imprensa do Paraná, como candidato a Presidente, o Sr. Antônio Carlos Lacerda, o Secretário Vilmar Sauner e a chapa vencedora encabeçada pelo jornalista Nilson Pohl, tendo como Secretário Roberto Lopes. Que não haja vitória, nem derrota, mas haja, isto sim, um trabalho da nossa imprensa, que destaque o quarto Poder, reconhecidamente por todos nós.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

“A indicação do Deputado Federal Maurício Fruet para o cargo de Prefeito de Curitiba marca o início de um novo período na história desta cidade. Assumirá com ele o povo, que por maioria considerável decidiu escolher um novo programa e novos princípios políticos e administrativos para gerir a principal comunidade de nosso Estado. Ainda não o foi pelo voto direto, porque a legislação vigente inspirada nos casuísmos, o impede. Mas já teremos um Prefeito com respaldo popular. Um político, um insigne político. Testado nas urnas em várias eleições. Guiado a mandatos parlamentares por expressivas votações, da vereança à Câmara Federal.

A indicação de Maurício Fruet, Senhores, é, antes de tudo, a indicação do político que traz consigo as aspirações de seu povo e especialmente as do povo desta cidade. Com ele à frente da Prefeitura de Curitiba teremos também toda a sociedade civil organizada e a sua representação maior nos parlamentos. Este o grande significado da indicação do político Maurício Fruet.

Uma nova concepção de administração pública assumirá a Prefeitura de Curitiba. A democracia participativa, bem definida e bem praticada como efetiva participação do povo e o respeito a sua soberania em todas as questões e em todo o processo decisório com ela implantada, estará demitida da direção do município a tecnoburocracia, a compreensão de que os técnicos, a meritocracia, é quem pode decidir bem, é quem pode governar. Estará demitido o preconceito de que o povo não tem condições de escolher e administrar em favor de seus próprios interesses. Estará demitido o arbítrio, o escárnio, o manto de impunidade bordado de petulância e compromissos com o poder econômico. Estará demitida definitivamente, a mistificação publi-

tária realizada as expensas do dinheiro público, que projetou nomes que vieram da obscuridade dos gabinetes técnicos para assumir o projeto político de seu lançamento à vida pública.

Os técnicos servirão a uma política. E esta política será aquela que consulta, antes de qualquer alegação, o interesse social. É esta a tarefa mais difícil e apenas os homens que merecem confiança popular podem realizá-la. Mais fácil é impor projetos e programas à revelia de qualquer consulta e qualquer interferência da representação popular. Para missão tão grandiosa, importante pela experiência inovadora, ninguém mais preparado que Maurício Fruet.

Poderíamos nos questionar qual tem sido a responsabilidade e a participação popular na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento, ou na orientação da ação política, nestes últimos 19 anos. Quantos têm acesso à educação? Que número tem respeitado seu direito à verdadeira informação? Quais grupos participam dos benefícios, dos bens econômicos, culturais, sociais? Que parte da população se encontra em miséria extrema e, conseqüentemente, tem estiolada sua liberdade? Qual parte, Senhores, complacente com as facilidades da vida, degrada a sua liberdade? As respostas a estas questões no que se refere a Curitiba, nós a temos dado exaustivamente nos últimos anos. E repetimos aqui a equação simples que concentra todas as respostas. A administração municipal de Curitiba tem privilegiado as várias camadas sociais proporcionalmente ao nível de renda, à concentração da renda, em detrimento das aspirações sociais mais amplas.

Maurício Fruet propõe a restauração de um princípio político antigo e desgastado pelo uso demagógico sem correspondência com a prática dos governantes. Governar com o povo, fazer uma administração transparente, submetida à crítica constante da sociedade, capaz de retificar sua própria experiência à luz do diálogo permanente e democrático com todos os segmentos sociais, especialmente aqueles que constituem a ampla maioria da população e que foram relegados à condição de subalternos, uma massa de ofendidos e humilhados sem direito a exercer qualquer aspecto da cidadania.

Esta a grande inovação de Maurício Fruet e do PMDB na administração municipal de Curitiba, como se propõe. Reconhecer como sujeitos e objetos da administração pública a massa de cidadãos classificados como de segunda e terceira classe pelo governo autoritário. Nós, políticos, sabemos quanto é urgente e necessário ouvir o principal interlocutor na democracia: o povo.

Um governo democrático, Senhores, é mais que o exercício do poder e a sua distribuição entre os próximos. É mais que o loteamento indevido de parcelas da administração e do poder entre apaniguados. É muito mais que distribuir favores e benefício para engordar sua base de apoio. É submeter-se à soberania popular. É dedicar-se a aplicar integralmente as medidas que refletem compromissos assumidos com o povo durante a campanha para merecer o seu voto. É subordinar seus atos ao interesse e ao controle público.

Demita-se a tenocracia. Demita-se o populismo. Assuma o PMDB, na Prefeitura Municipal de Curitiba, seus princípios por inteiro. Confiando nos companheiros testados na prática, a tarefa de democratizar e abrir à participação popular o Governo. É o que todos esperamos de Maurício Fruet e sabemos que o cumprirá, para realizar uma administração diferenciada, exemplar.

Temos a responsabilidade de aprovar esta indicação. Por todos os méritos, especialmente os méritos do político Maurício Fruet, considero que se realiza antiga aspiração de nosso povo. A de ter à testa da Prefeitura Municipal um homem marcado pela luta e pela disposição de tudo fazer pelo seu povo.

Maurício Fruet, um homem de nosso tempo, de nossa cidade. De seu povo. Nosso Prefeito.”

Muito obrigado.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento)

O meu aparte, Deputado Nestor Baptista, é no sentido de cumprimentá-lo por não ter se submetido à imagem de que, o PMDB, aceitando a oportunidade de indicar um Prefeito indireto para Curitiba, tenha se submetido ao princípio da eleição direta.

O Deputado Federal Maurício Fruet, na qualidade de Presidente Nacional do Comité pela Autonomia dos Municípios, irá levar, para dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba, o início da grande luta pela eleição direta dos Prefeitos da Capital, e dos Municípios de Segurança Nacional. E nós acreditamos que, daqui para a frente, reforçados com esse nosso companheiro na Prefeitura da nossa cidade, teremos mais facilidades e, provavelmente, num período de tempo muito menor, teremos restabelecido o direito do povo, de escolher os seus Prefeitos.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado, nobre Deputado, e pediria a Vossa Excelência, permissão para inserir, em meu pronunciamento, o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para discutir) — Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. (Lê): "Apreciaremos hoje, por força da Lei Maior forjada no seio da exceção, o preenchimento do cargo de Prefeito da Capital. Desta vez, a Situação, pela simples inversão de posições, ficará sobretudo ridícula. O chamado maior partido de Oposição, agora Situação, despojado de embasamento ideológico, não mantém sequer a coerência, primado menor para quem se diz repositário das legítimas aspirações do povo oprimido. Constata-se o velho adágio "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Foram palavras ditas pelo Deputado MUGGIATTI FILHO, em nome de seu partido, no longínquo ano de 1975: "Os representantes emdebistas aqui presentes não votarão, considerando que, em tais condições, votar é violar a soberania de nosso povo, que é una, indivisível, inalienável e imprescritível."

Claro que não iremos cobrar da nobre Bancada Situacionista a manutenção de tal compromisso, afinal são coisas do passado e agora fatos novos, dentro da dinâmica das inverdades, não precisam mais ser honrados. Coitado do povo, pobre povo — objeto final da verborragia demagógica do governo participativo, de permanente escuta às suas necessidades mais prementes. Como bem concluiu o jornalista da "Folha de São Paulo", Reinaldo Jardim, ao analisar "a consulta popular permanente" — bandeira maior, até aqui, do programa situacionista.

"Além de impraticável, essa história de ouvir o povo é uma grossa bobajada, resquício de um populismo infantil.

Um Governo que, depois de eleito ainda tem que ouvir o povo, está precisando urgentemente de uma limpeza no canal auditivo e, é certo, em um plebiscito receberia um sonoro não, mesmo depois de um estrondoso sim eleitoral."

Entretanto esta posição não subtrair os valores pessoais do radialista, advogado e Deputado mais votado, Maurício Fruet. Eu, também, pessoalmente, preciso purgar meus pecados. Já votei em eleição indireta e ilegítima — elegi Canet Júnior. Governador e Afonso Camargo, Senador da República, por oito anos. Penso, porém, que isso não seja erro capital — nunca consegui um voto popular dizendo ao povo mentiras, no calor e no embalo do palanque eleitoral.

Neste desabafo, quero defender a sigla do PDS, que assume mais corretamente seus compromissos. Vale lembrar:

"A defesa do processo de eleições diretas não é propriedade exclusiva do MDB, porque no programa arenista também existe consignação expressa a este respeito. A DIFERENÇA consiste apenas que o partido majoritário faz de seu programa letra morta e como consequência minimiza a legitimidade da qual os governos democráticos não podem prescindir." — Deputado Nilso Sguarezi, no longínquo ano de 1979.

E para aproveitar o mesmo autor e parafrasear:

"Seria um despropósito aqui virmos para ignorar as qualidades e aptidões do Dr. Maurício Fruet, a quem devotamos especial admiração como vulto emérito na criação e funcionamento da associação brasileira na luta pela devolução às Capitais dos Estados e áreas consideradas de Segurança Nacional do voto direto na escolha de seus Prefeitos. Dele e para ele lamentamos apenas que seja guindado ao Poder pela via casuística da nomeação, quando lhe sobram atributos para trilhar a estrada livre e ampla das eleições diretas."

Por mais que tenha tentado não consegui nada melhor que este fecho, gerado na inteligência superior do ilustre Líder do partido governista nesta Casa:

"Como porta-voz do POVO CURITIBANO E PARANAENSE, que fique respeitosamente lavrado, mas que fique lavrado este PROTESTO, porque não se referenda, na verdade, o nome do Prefeito Municipal, mas sim se macula a autonomia constitucional do Município de Curitiba. Finalmente, justifico a ausência da minha bancada, que sempre se fez presente e aguerrida na defesa dos seus ideais, porque ela é composta e integrada de brasileiros que assumiram o compromisso solene de defender causas justas, cumprir leis de sentido democrático e legítimas, e não para dar guarida aos absurdos deste regime despótico que teima em manter-se, para afastar o POVO — ÚNICA FONTE E LEGITIMIDADE DO PODER."

"Richa eleito, eleição para Prefeito", indireta, é claro.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Roberto Requião — Obrigado Excelência por não ter concedido o meu.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vossa Excelência falou tão baixo talvez para que ninguém prestasse atenção, que eu não ouvi o aparte de Vossa Excelência e ouvi... Mas darei, com maior prazer e democraticamente a Vossa Excelência em seguida, o aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E não é de se estranhar o pedido do Deputado Roberto Requião, que pretende exercer, nesta Casa, uma figura de "primus inter pares", só que Sua Excelência provavelmente não ouviu que havia solicitado este modesto Deputado anteriormente aparte a Vossa Excelência. Para dizer a Vossa Excelência, Sr. Deputado, que Vossa Excelência foi muito feliz ao trazer, ao bojo do seu discurso, alguns posicionamentos anteriores do PMDB a respeito do preceito constitucional que obriga a esta Casa e aos seus legisladores, de elegerem via eleição indireta, o Prefeito Municipal de Curitiba.

Também, quando participamos das eleições anteriores desta última, sabíamos que a Constituição estabelecia eleição indireta. Não fomos para os "slogans" fáceis, para ardilosamente praticar o ato de engodo ao povo curitibano. Mas, Vossa Excelência também poderia recorrer aos Anais desta Casa para verificar a posição, por exemplo, do ilustre Deputado Nestor Baptista que antecedeu a Vossa Excelência nesta tarde. Diz Sua Excelência, quando a Assembléia reunia-se no dia 20 de março de 1979, para analisar a Mensagem n.º 34/79 do Poder Executivo, submetendo-o à apreciação desta Casa do nome do engenheiro arquiteto Jaime Lerner para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, Sua Excelência o Deputado Nestor Baptista, em declaração de voto, afirma:

"Obedecendo preceito partidário que defende eleições em todos os níveis e em especial nas Capitais, e também a decisão da bancada que considera a presente Comissão como parte do processo indireto, sem qualquer demérito ao nome do Sr. Jaime Lerner, nos abstermos de proferir votos".

Este é o Voto de Sua Excelência, Sr. Deputado Nestor Baptista, naquela ocasião e também de um seu companheiro de partido, o ex-Deputado Mário Celso.

Mas não fica aí, nobre Deputado, o posicionamento de acordo com as conveniências do Poder do PMDB no Paraná. Tenho aqui, Sr. Deputado, o voto em separado do hoje Senador

Eneas Eugênio Faria, à época, Líder do PMDB, quando da indicação do engenheiro Saul Raiz, que ele faz como é do seu feitio, um voto até certo ponto poético. Ele fala "caravela ainda está no mar", faz referências, por exemplo, ao programa do Movimento Democrático Brasileiro, que tenho absoluta certeza, os homens ilustres Deputados do PMDB lembram até de cor. Mas não seria demais, nesta tarde, repetirmos algumas das colocações relembradas pelo então Deputado Eneas Faria a respeito do posicionamento do PMDB. Ele lembra do programa do Movimento Democrático Brasileiro:

"O valor básico da vida social e política é a pessoa humana. É portanto em nossa realidade histórica, é a população brasileira. O povo é o sujeito, é fundamento e o fim de todas as instituições e medidas econômicas sociais e políticas.

Não basta reconhecer aos membros da comunidade, o direito de receber os benefícios sociais; na medida em que se queira respeitar a dignidade pessoal de cada órgão, é preciso reconhecer e assegurar o seu direito de participar ativamente na solução dos problemas que lhe dizem respeito.

O Programa do Movimento Democrático Brasileiro, defesa do regime representativo, plenamente assegurado através: a) do sufrágio universal, direto e secreto, para todos os cargos eletivos, notadamente ao de Presidente da República; Governadores dos Estados; Prefeitos das Capitais e das estâncias hidro-minerais climáticas. Mas, Sua Excelência, o Deputado Eneas Faria, dizia que, naquele dia, estava se praticando uma "Capitis diminutio" do Poder Legislativo Estadual. Diz mais, diz que o eleito, então, é o eleito por um voto só. Estabelece até um conceito, Sua Excelência, o Senador Eneas Faria, Senador do PMDB. A figura do Prefeito nomeado não encontra um justo enquadramento jurídico ou legal nas normas existentes. Não se dão idênticas características ao Prefeito nomeado e ao eleito; para este, a Legislação criou até mesmo um fim específico, quadro de responsabilidades, no qual não se amolda aquele; este responde diretamente a uma comunidade. Aquele, a um homem, ou quando muito, a um grupo de homens."

Ora, veja Vossa Excelência que o entendimento do PMDB é o entendimento de acordo com as conveniências. Ora, eu me pergunto nesta tarde, o povo do Paraná deve estar se perguntando: — Quando o PMDB estava sendo sincero? Quando? Quando ele estava realmente levando a sua mensagem ao povo do Paraná? Quando defendia os preceitos de seu programa partidário? Ou hoje, quando vem a esta Casa para participar daquilo que o Deputado Alencar Furtado denominava: quando houve a eleição do colégio eleitoral, por via indireta: — é uma farsa que o Congresso realiza. Será, nobre Deputado, que nós poderíamos hoje dizer: — é uma farsa que a Assembléia Legislativa realiza hoje, nesta tarde? A farsa de eleger um Prefeito que fala como programa de administração, na "transparência dos seus atos." Esta é a palavra em moda dos intelectuais peemedebistas, e dos homens que estão ocupando o Poder, a "transparência". E a transparência é tão grande, eminente Deputado Gabriel Sampaio, que sequer um programa de trabalho, do Deputado Maurício Fruet, se conhece, para Curitiba. Nenhum. Sua Excelência faz um "pot-pourri" dos problemas de Curitiba, mas não dá ao povo curitibano, alguma solução efetiva para os seus problemas. Esta é a "transparência" do discurso peemedebista, no Paraná. Era este o aparte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço a Vossa Excelência e concedo o aparte ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Agradeço o aparte; mas, em 40 segundos, é absolutamente impossível. Espero que a Assembléia registre que irei responder ao seu discurso, no momento que estivermos discutindo o projeto de resolução.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Com o maior prazer, Deputado.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE ((Trajano Bastos) — Com a palavra o ora-

dor inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É realmente triste comparecer a esta tribuna para tentar analisar o fato que hoje acontece.

Quantas e quantas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumi esta mesma tribuna na condição de Deputado representante de alguns municípios de Área de Segurança Nacional. Para reclamar uma eleição direta, uma eleição que tivesse o cunho e o apoio dos eleitos, o apoio popular, que dá, sem dúvida alguma, um respaldo maior a um administrador que, conscientemente, deseja assumir as responsabilidades de um município ou de uma comunidade.

Mas, a Constituição, que esteja ou não certa, ela me dá o direito e a condição de ser eleito numa eleição indireta e, consciente com os meus direitos, com minhas responsabilidades de parlamentar eleito pelo povo, compareço aqui para cumprí-la e, meus Srs. Deputados, (Lê):

"O dispositivo inicial de nossa Carta Magna diz que todo Poder emana do Povo e em seu nome é exercido. As cenas que hoje presenciamos, nesta Casa, efetivam a negativa do preceito Constitucional. Um Governador indica um Prefeito, com a sanção do Legislativo, porém a fiscalização dos atos deste ocorrerá por conta da Câmara de Vereadores, que não foi ouvida e nem sequer considerada.

Hoje, nesta Casa, se registra um autêntico festival de contradições. A Bancada majoritária do PMDB, oriunda de partido que ontem teve outra sigla, diz presente para chancelar a farsa, e legitima uma usurpação ao direito do povo, de escolher seus dirigentes.

O povo, em sua sabedoria, saberá distinguir entre as palavras e as atitudes, entre as promessas demagógicas e a ação interesseira. O PMDB tanto fala em liberdade, mas é ele próprio quem evita que circule nas artérias da democracia o sangue representado pelas eleições soberanas.

As mais caras tradições da cultura jurídica brasileira se abalam hoje, nesta Casa. Aqui o povo não tem voz. O povo que até ontem ouvia a promessa de que "Richa eleito, eleição para Prefeito", hoje constata, com tristeza, que a realidade é outra: "Richa empossado, Prefeito nomeado".

Quero dizer, alto e bom som, que não opomos restrição ao nome de Maurício Fruet, político provado e aprovado nas urnas, companheiro de lutas e de batalhas parlamentares. Condenamos o espúrio método empregado, com a subtração da opinião pública em tal processo.

Hoje a Constituição volta a ser rasgada; o povo é novamente calado e para tanto o PMDB se torna o instrumento maior da afronta à vontade popular.

Que dirão amanhã, pelas esquinas de suas cidades, os homens do PMDB que fizeram da prática e da liberdade democrática sua pregação maior? Como explicarão ao eleitorado que aceitam hoje as regras do jogo que tanto condenaram?

O povo saberá dar a resposta na hora oportuna aos demagogos dos palanques eleitorais. Ao time do faça o que eu digo, mas não faça o que faço...

Estamos agora, no plenário, e convidamos ao PMDB para que se retire, como se retirava antes, em respeito às suas pregações. Convidamos, não; exigimos e desafiamos o PMDB, para que seja coerente consigo mesmo. Chega de falsidade, de incoerência, de mentira.

Esta é uma Casa séria, ou tem se esforçado para sê-lo. Cenas como agora presenciamos em nada enobrecem nossa tradição, e só servem para diminuir a personalidade do Legislativo.

Legislativo este que haverá de seguir em sua destinação e buscar a plenitudedemocrática, muito embora os fantoches da mentira, tudo tentem para denegrí-lo. Os aprendizes de bruxa também encontrarão seu dia de caça."

(Durante a leitura procedida pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque, que ocupava a tribuna, vários Srs. Deputados solicitaram apartes, resultando no seguinte diálogo:)

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte?

Vossa Excelência permite o diálogo?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Já concederei, Deputado. (Continua a leitura).

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — O monólogo é muito cansativo, Sr. Deputado.

(Diante de pedidos de aparte de Srs. Deputados do PMDB, o orador responde:)

— Já concederei os apartes. Espero concluir o meu raciocínio.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — O raciocínio está escrito, Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, requeiro de Vossa Excelência que me assegure o direito de continuar falando, desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

(Outros Srs. Deputados do PMDB solicitam apartes).

— Já concederei, Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, temos a oportunidade, nesta sessão, de ouvir a opinião dos ilustres Deputados do PMDB e dos componentes da aguerrida Bancada do PDS; ...

Um Sr. Deputado do PMDB — Não apoiado!

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Teremos a oportunidade de conceder...

Sr. Presidente, Vossa Excelência, por favor, me assegure a palavra..

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... e solicite aos eminentes Deputados que, quando a queiram usar, usem do instrumento próprio e que não façam, desta Casa, um desconhecimento total do Regimento Interno.

Sr. Presidente, solicito, portanto, dos eminentes Deputados do PMDB, que, quando quiserem fazer uso da palavra, que açam a inscrição competente, e que deixem este partido gritar mais aguerrido, com vontade de expor o seu ponto de vista, para que os eminentes Deputados possam usar da palavra, e que não fiquem conversando sem que lhes sejam concedidos os apartes.

Sr. Presidente, o que está sendo verificado nesta Casa é que, Deputados do partido opositor ao partido do Deputado Tércio Albuquerque, estão expondo as suas idéias a respeito do comportamento do Deputado Tércio Albuquerque, sem o aparte necessário.

Solicito de Vossa Excelência que, assegure o direito da palavra, do Deputado que se encontra na tribuna, que sejam respeitados os direitos do Deputado que está na tribuna.

(Vários Srs. Deputados do PMDB pedem a palavra, pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lembra os Srs. Deputados, que a lista para inscrições se encontra sobre a Mesa, e solicita dos Srs. Parlamentares que desejem falar na fase de discussão, queiram, por gentileza, fazê-la, nesta mesa, junto a esta Presidência!

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr.

Presidente, solicitei a palavra, pela ordem, apenas para solicitar da Presidência desta Mesa, não sejam permitidos discursos, sob a pretensa argumentação de pedir a palavra, pela ordem, porque, senão, estaremos infringindo totalmente o Regimento Interno desta Casa. O Líder do PDS pediu, pela ordem, sem especificar o artigo do Regimento Interno, para fazer um discurso paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Procede a questão de

ordem levantada por Vossa Excelência.

Esta Presidência só concederá a palavra, Pela Ordem, quando estiver sendo infringido algum artigo ou dispositivo regimental.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, sem querer, absolutamente, corrigir Vossa Excelência, gostaria que fosse observado, dentro da Resolução 266 que norteia os trabalhos desta sessão — artigo 5.º — os oradores deverão inscrever-se, antes do início da discussão, portanto, inscrições para discutir a matéria não poderão mais ser feitas, só poderão, apenas, agora, serem feitas inscrições, para encaminhamento da votação — datíssima vênha à decisão, feita por Vossa Excelência, há minutos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência agradece, e procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, e esclarece aos Srs. Deputados, que, as inscrições para discussão da matéria está encerrada, só admitindo a inscrição, daqui para a frente, para encaminhamento de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Senhor Presidente.

Senhor Presidente, apenas para observar que o artigo 78 do Regimento Interno desta Casa, permite ao Deputado que ocupe a tribuna, dar o aparte, desde que assim entenda, e regimentalmente qualquer Deputado pode solicitar a palavra, pela ordem, e quanto à discussão ora em pauta, se o Deputado Gabriel Sampaio desconhece o Regimento, para discutir, pode ser pedido o aparte durante dois minutos, que o ocupante da tribuna dará desde que...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência vai me permitir que esclareça agora, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Procede a questão de ordem quanto...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Quem não conhece o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Se Vossa Excelência me permite, responderem a questão de ordem levantada pelo Deputado.

(Faz soar os tímpanos).

Está com a palavra o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, requeiro de Vossa Excelência que desconte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Será descontado esse tempo do seu horário.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Não sabia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a verdade doía tanto, que o meu simples e humilde pronunciamento geraria um tumulto tão grande neste plenário, mas desejo continuar.

O Sr. Nestor Baptista — Concede-me um aparte, Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Já concederei.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, procurei, nesta tarde, aqui desta tribuna, retratar o meu pensamento de legislador, representante de uma camada interiorana que deseja eleições diretas a todos os níveis.

O Sr. Nestor Baptista — Mas eu nunca ouvi Vossa Excelência falar nisso.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — É isso o que nós queremos, que a Oposição que tanto pedia, é exatamente aquilo que eles desejavam; mentirosos.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Artigo 97: "qualquer dúvida de interpretação do Regimento, cabe à Mesa esclarecer". O que se verifica hoje é uma tentativa da Bancada do PMDB em censurar o orador que está aqui na tribuna.

Que democracia é esta, Senhor Presidente? Esta é a democracia pregada pelo PMDB que não consegue ouvir a Bancada do PDS? Esta é a democracia participativa?

Amparado pelo Regimento Interno, solicito a Vossa Exce-

lência como Chefe deste Poder, que assegure a palavra ao orador que estiver na tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo à questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, esta Presidência considera não procedente de acordo com o artigo 98 do nosso Regimento Interno.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, uma questão que foi levantada há pouco, acho que procede a minha indagação, solicitaria a Vossa Excelência que nos informasse o nome dos oradores inscritos para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende a Vossa Excelência e solicita do Sr. Primeiro Secretário a leitura do nome dos Srs. Deputados inscritos para esta fase, ou seja, de discussão da matéria.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Gernote Kirinus) Estão inscritos os seguintes Srs. Deputados: Deputado Tércio Albuquerque que se encontra na tribuna, Deputado Roberto Requião, Deputado Erondy Silvério, Deputado Antônio Anibelli, Deputado Ferrari Júnior, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Deputado Donato Gulín, Deputado Nilso Sguarezi. Era só, Sr. Presidente.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, então, completando a nossa questão de ordem e para ajudar na condução dos trabalhos da Casa e diante da negativa que se observa na sessão, da palavra em aparte, que a Bancada do PMDB deixasse o pronunciamento à vontade por parte do PDS, depois nós teremos tempo de responder tranquilamente à massa falida do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Dentro do artigo 97, que dirime as dúvidas que possam existir, Sr. Presidente, em nome deste Poder e desta Presidência, solicito que o Deputado Luiz Alberto não se arvore em professor de "deus" e queira orientar os trabalhos na tarde de hoje. Querendo orientar a Mesa o que deve fazer ou não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo concluir. Porém, gostaria, como antes pedi, democraticamente, oferecer os apartes a Suas Excelências, Deputados que me pediram, e, pela ordem, eu a concedo ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Agradeço, Deputado Tércio, o aparte que Vossa Excelência me confere. É indiscutível que todos nós Deputados que integramos esta Casa, sejamos de um partido ou de outro partido, estamos indiscutivelmente vivendo uma situação atípica, como nunca anteriormente, face ao quadro institucional vigente, esta Casa se viu envolvida. A posição dos Deputados não é absolutamente confortável, estamos diante de uma situação de fato e de risco, de envolvimento e até mesmo diante, de uma situação que poderá nos levar, individualmente ou, grupalmente, à incoerência. Dado, acima de tudo, à regra institucional que neste momento se impõe.

Não se discute aqui, agora, a lei vigente. A lei que aí está, pois não é o momento em que se impõe a discussão, mas é o momento em que se impõe a aplicação da lei.

Ressalve-se as condições pessoais e políticas do eminente homem público, Maurício Fruet, que deve ser entendido como um soldado de Legislativo; e que, nesta Casa, construiu, em grande parte, o seu conceito e o seu perfil de homem público. De agente do bem-estar, dos seus concidadãos, registro, isto sim, a situação até mesmo de incoerência, que os homens públicos que detêm mandato nesta Casa, possam ser envolvidos com esta prática que a lei nos impõe. Apenas quero destacar que historicamente a responsabilidade de dar sustentação a uma lei sem autenticidade, não é mais calvário dos integrantes do PDS e da

extinta lei, como nos foi sempre atribuído.

Mas, o sentido de serventia, o pragmatismo da aplicação da lei, que se reveste neste instante, a escolha de um político do PMDB, uma vez que lhes oferece a condição presente de fazê-lo Prefeito da Capital, não é menos verdade, que dá conivência a divisão de responsabilidade que possam advir, do uso da lei, da aplicação da Legislação tão rejeitada, condenada por todos e conceituada como autocrática e inautêntica, atenua-se o peso da crítica e diminui o encargo que foi permanentemente aos homens da então situação e que hoje no Paraná, compõem a Bancada da Oposição. Enfim, a lei não se alterou, mas apenas o que modificou foi aqueles que, neste instante, historicamente, por vontade do povo, devem fazer uso do que dispõe a regulamentação específica, fazendo com que esta atitude transforme-se, paradoxalmente..

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lamenta, mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, já descontados os minutos que Vossa Excelência tinha a mais no seu tempo.

Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Roberto Requião.

Antes, porém, esta Presidência toma a liberdade de ler para os Srs. Deputados o que diz o art. 78 do nosso Regimento Interno. — (Lê o art. 78 do Regimento Interno).

Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, O PMDB traz a esta Casa mais do que o nome do Deputado Federal Maurício Fruet, uma proposta democrática para Curitiba. — (Lê):

"Cabe a um Governo de Oposição, em vez de manter a postura de mero denunciante das injustiças do regime, atuar sobre a realidade, no limite de seu poder de decisão, e propor soluções que atenuem os efeitos das injustiças, enquanto se encaminha a alteração do poder nacional.

Mas, vejamos a herança que recebemos desses anos infundáveis de prática autoritária.

Nossa cidade tem um plano diretor elaborado em 1965, pela SERETE, coordenada pelo arquiteto Jorge Whilheim. Na sua essência, o plano previa a indução do desenvolvimento urbano, ao longo das avenidas estruturais, apropriando os efeitos do tráfego solo-transporte-sistema viário, ou seja, se pretendeu condicionar o planejamento da cidade ao aspecto físico-territorial.

O resultado foi a elitização do espaço nos eixos estruturais, através dos preços absurdos dos terrenos e o surgimento dos loteamentos clandestinos na periferia, sem infra-estrutura e equipamentos urbanos, ocupados pela parcela mais pobre da nossa população.

Só para ilustrar, basta dizer que contra o pretenso desenvolvimento Norte-Sul, previsto no plano diretor, em valores

maiores, a população se adensou, nos seguintes bairros, nos últimos 10 anos:

Sítio Cercado, com 1.996,68%;

Alto Boqueirão, com 939,85%;

Bairro Alto, 232,42%;

Cajuru, 186,82%, contra 75% da média geral da cidade de Curitiba.

Obras como a Conectora 5, o terminal do Portão, a maquiagem do centro - e observem os companheiros Deputados, que a Conectora 5 custou 60 milhões de dólares; obras como a Cidade Industrial que tem hoje uma dívida atual de 28 milhões de dólares, indicam, claramente, o privilégio dado aos interesses imobiliários e a reprodução do capital, em detrimento das condições de vida da maioria da população.

A COHAB tem entregado à população unidades habitacionais sem a implantação simultânea de equipamentos sociais. É a filosofia habitacional do "arquivo de gente". Curitiba, a Curitiba do Centro é o grande palco, onde poucas pessoas representam uma peça denominada "Curitiba mais Humana". Peça assistida pelo conjunto do povo que trabalha e constrói a cidade e o cenário, o mesmo povo que não participa da encenação.

Quanto à distribuição de rendas, a herança do PMDB também é pesada: a renda que apresenta maior frequência é compreendida entre 1 e 3 salários mínimos, totalizando 27,4% das famílias do município. Note-se que estamos falando de renda familiar, e a nossa fonte é oficial. (Projeto Cura de 1979). 27,1% das famílias está na faixa de 3 a 5 salários mínimos. Logo, 57,9% das famílias curitibanas têm uma renda mensal de até 5 salários mínimos regionais. Dividindo a renda familiar em três grupos, até 5 salários, de 5 a 9 salários, e de mais de 9 salários mínimos, chegamos à conclusão, que o grupo de renda mais elevada se situa e se limita aos 8 bairros centrais. Diretamente ligada à questão da renda, está a questão do emprego e do desemprego. O Déficit oficial de habitação é de 40.000 unidades. No entanto, este dado não é absolutamente verdadeiro, pois apenas se baseia nas inscrições da COHAB.

Por outro lado existem, segundo o censo de 1980, 20.385 domicílios desocupados. Este dado é consequência do alto custo da construção civil em relação ao poder aquisitivo da população, ou seja, a construção civil está ocupada para atender a demanda, mas, as condições sociais não permitem este atendimento. E isto se deve, em grande parte, à especulação imobiliária que eleva os custos a preços absurdos, os custos da terra.

O poder municipal tem contemplado esta situação quando a sua participação não é altiva e de co-autoria; o atendimento de água, da cidade, é bom, chega a 90%, enquanto o atendimento de esgoto alcança apenas a 25% da população, com coleta, e tratamento, sendo que, 25% da população - 20% da população - é atendida apenas com coleta, que é lançada diretamente em galerias fluviais, ou nos cursos d'água, ou nos rios; o problema das enchentes foi resolvido parcialmente, conforme a receita do regime; com a canalização do Rio Belém longo da Rua Tibagi, se deslocou o baricentro das enchentes, para os bairros, hoje, em Curitiba, enchente só afoga, pobre. Não houve, nunca, preocupação com a canalização, drenagem e limpeza das áreas periféricas da cidade. E notem que, as enchentes ocorrem na época das chuvas, sendo, portanto, previsíveis, providências mínimas poderiam amenizá-las; voltada para o modelo concentrador, decidindo e planejando para o modelo concentrador, as administrações de Curitiba deixaram o povo de lado, o lazer é projetado para quem tem automóvel, a cultura não tem política definida, pelo contrário, a cidade conheceu uma política de "marketing" eleitoral e pessoal, dos Prefeitos, exemplos culturais e de propaganda, explorados de maneira habilidosa, principalmente na imprensa nacional; a saúde não teve outro tratamento - dos 55 postos de saúde existentes na cidade, mais da metade está no centro, todos se dedicam à medicina curativa, mais do que à preventiva, pode-se dizer que, temos uma política de doença, e de lucro; na faixa da educação pré-escolar, o município atende 1.841 crianças, enquanto a demanda apenas nas famílias de renda até 3 salários-mínimos regionais é de 48.000 crianças! Embora a distribuição física das escolas municipais não seja má, a qualidade do ensino é péssima. 30%

das crianças matriculadas evadem-se, evasão que ocorre, pela má qualidade do ensino e pela baixa renda das famílias, que recorrem ao trabalho infantil, para sobreviver. O abastecimento hortigrangeiro é precário, grande parte do que se consome é importado e a cidade carece de uma política consequente de abastecimento e produção. O orçamento do Município, deste ano, nos dá o perfil das administrações do PDS, até aqui: 23 bilhões, 767 milhões e 65 mil cruzeiros, para despesas de manutenção; 6 bilhões, 784 milhões, 935 mil cruzeiros, para investimentos em novos projetos; dos investimentos em novos projetos, 1 bilhão, 278 milhões, 126 mil cruzeiros, para a Saúde, e, 5 bilhões, 903 milhões e 31 mil cruzeiros, para Transporte, sendo que, 70,50% dessa soma, para despesas de Capital.

Ocorrem injustiças na aplicação do IPTU. O Poder Público se imobiliza na ação de desestimular os vazios urbanos; há ausência de critério social na tributação, é evidente; o alto endividamento da SIC, da URBS e da COHAB estão a exigir uma CPI por parte da Câmara Municipal; há absoluta inobservância do princípio comum, o Executivo tem disposto sobre tudo, e legisla todos esses anos, através de decretos, enfim, temos o passivo de uma cidade, ao modo dos tecnocratas, à sua imagem e semelhança!

Hoje é dada a esta Casa, a possibilidade de homologar a indicação de Maurício Fruet, indicação que, embora viciada pelo pecado de origem que herdamos do PDS e do regime, abre espaços para a participação do povo e da classe política; votaremos, hoje, por uma cidade participativa, cada vez mais construída e parecida com a sua própria gente.

No entanto, companheiros, nesta ocasião, a aguerrida Bancada da Minoria do PDS, do partido do regime, comandada pelo seu intelectualizado Líder, aliás, inovador da língua e criador de neologismos, um dos quais já famoso na cidade de Curitiba, qual seja o vocábulo "pitonista", provavelmente se refere a uma pitonisa que toca pistão, tem se dedicado apenas a pesquisa bibliográfica na discrição da questão do prefeito de Curitiba e da nova administração, recortes de velhos jornais e antigos discursos nos são trazidos. De novo, no entanto, só o conceito depreciativo, expandido pelo Vice-Líder Gabriel Sampaio a respeito do radialista Maurício Fruet, futuro Prefeito de Curitiba.

Fica a questão que eu solicito concedendo, após, apartes à Liderança e à Bancada do PDS e ao seu prolixo e intelectualizado líder; a ojerisa se refere somente ao radialista Maurício Fruet ou se estende ao conjunto de profissionais da imprensa considerados indignos de assumirem um cargo público? Que espécie de entendimento e argumentos estão trazendo os ilustres membros da bancada do regime e da minoria? Não bastou os anos de autoritarismo e querem pisar em cima da liberdade de imprensa, do direito do profissional de comunicação se candidatar ao exercício do munus público?"

Com a palavra, à vontade para a resposta, à bancada do PDS.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concedo o aparte, pela ordem, ao antigo Vereador de Curitiba, conhecedor das práticas autoritárias do PDS, conhecedor do método da legislação por decreto, hoje, Deputado de Curitiba, Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Agradeço a concessão do aparte que Vossa Excelência me dá. Peço, aproveitando a radiografia extraordinariamente fiel de Curitiba que Vossa Excelência acaba de fazer, para, em aparte a Vossa Excelência, tornar pública a minha posição, muito embora o voto em sendo secreto, eu quero apenas aproveitar essa oportunidade que Vossa Excelência me dá para dizer aqui alto e bom som, que vou votar favoravelmente à indicação do Deputado Federal Maurício

Fruet à Prefeitura Municipal de Curitiba.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Em seguida, pela ordem, concedo o aparte, ao brilhante criador de neologismos, Líder do PDS, Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu fico feliz em que Vossa Excelência tenha tentado adjetivar este humilde Deputado como criador de neologismos. Aliás, fico em boa companhia, criando neologismos. Guimarães Rosa, por exemplo, foi o grande criador de neologismos. Provavelmente não foram os intelectuais “de esquina”, “de bar”, os vendedores de móveis de Curitiba, do PMDB, que criaram neologismos.

Aliás, o neologismo que criei, foi talvez para não identificar Vossa Excelência como “Sacerdotisa de Apolo”, porque achei que Vossa Excelência não ficava bem com adjetivo feminino. Mas se Vossa Excelência quer um adjetivo, eu lhe direi: Vossa Excelência é “pitônico”.

O SR. ROBERTO REQUIÃO -- Era só o que o Líder do PDS tinha a dizer a respeito de Curitiba e da aprovação do nome do futuro prefeito.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Não, é de Vossa Excelência mesmo. É de Vossa Excelência. Vossa Excelência é o “pitônico” desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia usar da palavra após o espetáculo deprimente que oferecem a esta Casa, alguns, felizmente, alguns dos Srs. Deputados do PMDB, principalmente no instante em que estava na tribuna o nobre Deputado Tércio Albuquerque. Não queria, apenas eu o faço, Sr. Presidente, por duas razões: A primeira, é para justificar o meu voto com relação a eleição de hoje, eu que participei em companhia do nobre Deputado Airton Cordeiro e estou autorizado por Sua Excelência em fazer minhas, também as palavras dele. Naquela oportunidade, quando nós recebemos a visita do futuro prefeito de Curitiba Maurício Fruet, e ali fizemos indagações do mais alto interesse para a Capital do Estado do Paraná.

Colocamos sobre a Mesa questões sérias e em nenhum instante procuramos o revanchismo a que nos levou, a que levou a Bancada do PDS o resultado das eleições de novembro do ano passado. Procuramos, como detentores de um mandato popular, pagos que somos pelo povo, levar ao Deputado Maurício Fruet as nossas apreensões, com relação a determinados aspectos das administrações que o antecederam na Prefeitura de Curitiba. E ficamos efetivamente satisfeitos. Satisfeitos porque ele, antes de mais nada, não prometeu o impossível, ele prometeu apenas um trabalho sério, um trabalho responsável em que serão ouvidos todos os segmentos da sociedade curitibana, da mais humilde à mais alta.

Quero confessar à Casa, que eu já conhecia Maurício Fruet pela convivência amena e amiga que tivemos no Poder Legislativo Estadual. Eu que acompanhei “pari passo” a atuação desse jovem na Câmara Federal. Quero dizer que fiquei profundamente impressionado com a postura do Deputado Maurício Fruet, com a postura de não prometer o impossível, inclusive, quando interpelado por alguns Deputados de sua bancada que pediam coisas impossíveis de serem aplicadas, ele, como bom político, desconversou e não concordou com nada daqueles absurdos que se levantaram naquela oportunidade. Isso me agradou sobremaneira.

Queria, de coração, votar para o nobre Deputado Maurício Fruet e também esse é o pensamento do nobre Deputado

Airton Cordeiro. Porque no passado nós agimos desta forma. Nós, quando nos candidatamos, sabíamos que a escolha do Prefeito de Curitiba não era por eleições diretas, era pela forma indireta. Sabíamos, naquela oportunidade, anterior a novembro de 82, que a escolha do Governador do Estado também o era pela maneira indireta. E nos propusemos a sermos candidatos obedecendo a lei.

Então, é evidente que agora nós sabemos que o PMDB não tem outro caminho se não seguir a Lei, a lei que ele não quis cumprir no passado, que, deselegantemente fez a sua bancada retirar-se do plenário para não cumprir a lei.

Nós homens públicos, que devemos estar sempre atento sobre a égide da lei.

Lembro-me, que na primeira eleição de Jaime Lerner e na segunda, porque a de Saul Raiz, infelizmente eu não estava nesta Casa, a Bancada do PMDB retirou-se, não compareceu à sessão e não votou. Agora, lamentavelmente, ela está do outro lado do balcão, quer dizer, lamentavelmente para nós, ela está do outro lado do balcão.

Então hoje, o comportamento da Bancada do PMDB é diverso daquela, mas eu compreendo perfeitamente, são as contingências da vida pública. É essa a lei, não cabe outro recurso ao PMDB, senão cumpri-la; não cabe outro recurso, ao Governador José Richa, senão submeter de forma indireta o nome de um correligionário, para ocupar a Prefeitura de Curitiba. Então, nós gostaríamos, sinceramente, de votar a favor de Maurício Fruet; por todas aquelas qualidades que eu enumerei. Mas acontece que a nossa bancada, reunida na manhã de hoje, tomou uma decisão: - questão fechada, o PDS não votará, não sufragará o nome de Maurício Fruet.

Então, em meu nome, em nome do Deputado Airton Cordeiro, nós queremos desejar ao jovem Prefeito, jovem de cabeça branca, de cabelos encanecidos, queremos desejar que ele faça uma reversão de expectativas, que estude isso que o Deputado Roberto Requião diz que foi feito de forma errada, em Curitiba, que ele o faça de forma certa, nos outros bairros carentes da atenção do Poder Público municipal.

Eu até solicito à Mesa, que depois me faça chegar às mãos uma cópia do discurso do jovem Deputado Roberto Requião, para daqui 4 anos eu cobrar, do nobre Deputado, da Bancada do PMDB e de Maurício Fruet, os mesmos erros cometidos por Jaime Lerner e Saul Raiz, mas erros que projetem Curitiba, como uma das capitais modelos do País. Erros, cometidos por Saul, cometidos por Jaime Lerner, mas que trouxeram a admiração de todos aqueles que nos visitam. É evidente que existiram falhas no Plano, claro, eu mesmo me referi a algumas; mas o que está feito de bom, ninguém pode destruir. Eu espero, daqui 4 anos, uma reversão nas expectativas do povo curitibano; e principalmente dos políticos do PMDB, do nobre Deputado Roberto Requião, do nobre Deputado ADAHIL SPRENGER PASSOS, que é um dos conhecedores dos problemas curitibanos, para que, efetivamente, daqui 4 anos, possamos fazer tudo que foi feito no passado, sem vícios, sem defeitos e sem o que é principal, sem endividamento.

Então esta, Sr. Presidente, a nossa posição, minha e do nobre Deputado Airton Cordeiro. Queríamos efetivamente aquilo que dissemos lá na reunião da Comissão Especial; que aprovávamos o nome de Maurício Fruet, que votaríamos no nome dele.

Infelizmente, nós estamos presos a uma disciplina partidária e não vamos acompanhar a Bancada do PMDB na escolha do futuro Prefeito.

Concedo aparte ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — O nobre Líder do PDS, durante 4 anos do Governo Ney Braga, Vossa Excelência demonstra bem, porque exerceu a Liderança durante tanto tempo, e porque está na política, quer me parecer, por 30 anos ou mais. Lamento

profundamente, que um político da estirpe de Vossa Excelência, e porque não dizer, do Deputado combativo, inteligente e preparado Aírton Cordeiro, lamento que a vontade dos dois Deputados não possa ser observada, não pela Bancada do PDS, nem pela maioria esmagadora da sua bancada, mas, pela classe política.

O meu pronunciamento, não sei se Vossa Excelência teve oportunidade de ouvir, foi eminentemente político. No início, ainda, destacava, e volto a lembrar, com ressentimento, porque não, de ser uma escolha indireta, de não ser a eleição que o povo gostaria de ter. Mas, as comparações, nobre Deputado, que aqui são feitas, comparar um homem de 142.000 votos com aqueles que tiveram apenas um para chegar à Prefeitura Municipal de Curitiba, é comparar água de enxurrada com azeite de melhor qualidade, o que é impossível. Eu senti, destaquei no meu pronunciamento, e gostaria de destacar, agora, neste aparte que Vossa Excelência me concede, que a indicação de Maurício Fruet para a Prefeitura Municipal de Curitiba não seria uma vitória do PMDB, não seria uma vitória do PDS, nem uma derrota do PDS, seria uma vitória popular, e seria uma vitória da classe política. Porque disse aqui, há dias atrás, e repito, gostaria que Maurício Fruet chegasse à Prefeitura indicado pela população curitibana. Mas, gostaria que, também, no passado, um político da estirpe de Vossa Excelência tivesse ocupado a Prefeitura Municipal de Curitiba, e nós não estaríamos aí, subjulgados por verdadeiras quadrilhas que assumiram a Prefeitura Municipal de Curitiba. Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, e externar diante da minha bancada a minha admiração pela conduta de um verdadeiro político que, infelizmente, não é compreendida pela maioria, talvez inexperiente, até, de vossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência. Apenas não concordo com duas colocações de Vossa Excelência. A primeira, com relação a "quadrilhas que tomaram conta do Poder Municipal", porque isso não é verdade e Vossa Excelência sabe disso. A Câmara Municipal de Curitiba sabe disso e o Tribunal de Contas também está aí, vai dizer que não é verdade. Em segundo lugar, efetivamente o nosso Partido indicou, porque não tinha nenhum voto, mas pessoas de reconhecida capacidade profissional, que fizeram uma administração, pode não ser brilhante, mas uma administração aceitável e que elevou, sobremaneira, Curitiba aos olhos, não só da Nação, como até no exterior. E também quero discordar - nem de longe fazer uma comparação - mas quero discordar quando Vossa Excelência diz que a Prefeitura será ocupado por um homem de cento e tantos mil votos. Nem sempre os mais votados são os melhores. Vossa Excelência sabe que, agora, o carioca, gozador como sempre, quem elegeu para representá-lo no Congresso Nacional? Sem nenhum demérito à pessoa humana desses candidatos, e sem nenhuma comparação. Mas, nem sempre o que faz a maior votação, significa que seja o melhor. Mas, eu agradeço ...

O Sr. Nestor Baptista — Talvez Vossa Excelência tenha feito referência ao Juruna e ao Aguinaldo Timóteo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não citei nomes. Vossa Excelência é que o está dizendo. Talvez, subjetivamente, Vossa Excelência esteja dando razão.

O Sr. Nestor Baptista — Mas eu apenas, permitiria, se Vossa Excelência permite, dizer que, quem manda neste País, elegeu um ator de cinema para governar os Estados Unidos. E um País que elege Paulo Maluf e Jair Soares, pode eleger Juruna e Aguinaldo Timóteo, por quê não?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu apenas não quero me ater ao

lado humano da pessoa. Estou me atendo a uma colocação que Vossa Excelência fez: nem sempre o mais votado é o mais capaz.

Mas eu queria, para terminar, Sr. Presidente, lamentar profundamente que um jovem Deputado que embora tenha tradição de família, tenha raízes políticas, porque convivi com seu pai na política curitibana, que era um homem estimado pela população curitibana, médico de escola, humanista, inteligente, lutador, capaz, transmitiu todas estas qualidades ao filho, Deputado Roberto Requião. Refiro-me ao Dr. Wallace Tadeu de Mello e Silva, meu companheiro de lutas políticas no passado. Apenas lamento que este jovem Deputado esteja estrando nesta Casa por caminhos tortuosos. Procurando, com ironia, que não é própria de um Parlamento, não é própria de uma Casa de leis, procurando com ironia barata, jogar Líder, o nobre Líder de nossa Bancada, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao Paraná, especialmente à sua região, e que aqui está cumprindo uma missão, uma missão que o povo e a confiança dos companheiros da nossa bancada lhe transferiu, que é de liderar a Bancada da Oposição, e que não pode ser agredido, dessa forma! Também lamento que o nobre Deputado nem subjetivamente, diretamente procure jogar o nosso Líder, contra a Bancada de Imprensa, desta Casa! —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência informa Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Anibelli. (Declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percebemos que, alguns dos ilustres Srs. Deputados do PDS compreenderam a situação que todos nós enfrentamos, a homologação do Sr. Maurício Fruet, do radialista, do brilhante radialista Maurício Fruet, para a Chefia do Executivo de Curitiba; outros ilustres Deputados do PDS, quiseram fazer blague com a Bancada do PMDB, lembrando fatos passados, lembrando posições anteriores assumidas pela Bancada do MDB ou do PMDB.

Vale observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos vivendo em tempo novo - no dia 15 de novembro de 1982, terminou o ciclo dos Governadores indicados, dos Governadores nomeados, por exigência da sociedade civil, por exigência do próprio PMDB do Brasil, o povo brasileiro foi às urnas no dia 15 de novembro de 82 e aplicou - o Paraná é um caso a se observar - tremenda surra, nas urnas, no PDS; 4 meses e 9 dias após, a eleição do Prefeito de Curitiba; que bom seria se hoje, neste horário, povo estivesse nas ruas, comparecendo às urnas e votando e o nosso candidato fosse o radialista Maurício Fruet! Com toda a certeza, outra vez o PMDB, outra vez o povo aplicaria uma sonora surra no PDS!

Esta lei de se homologar o Prefeito de Curitiba - que é o que estamos fazendo - não é uma lei nossa. Combatida foi, é, e o será sempre, mas nós precisamos que o povo participe e vote, queremos que o povo participe e vote. E há uma diferença:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, triste sina dos meus colegas do PDS! Elegeram, neste mesmo Parlamento, um Governador, o Sr. Ney Braga - elegeram, de forma indireta; algum tempo depois Ney Braga saiu às ruas pedindo votos e foi fragorosamente derrotado nas urnas; esta mesma Bancada do PDS elegeu Saul Raiz, Prefeito Municipal de Curitiba; algum tempo depois esse homem sai, vai pedir votos ao povo do Paraná e leva uma surra de fazer dó! Esta mesma bancada elege um outro Prefeito, que venceu o seu mandato, recentemente - nunca disputou

uma eleição, não sabe o que é voto, não sabe o que é ir lá nos fundos de vilas, não sabe o que é ir lá nos botecos, lá no barzinho, como disse o Líder do PDS, apertar a mão do caboclo brasileiro, e pedir a ele, o voto.

O nosso candidato, Maurício Fruet, está acostumado com esse tipo de luta! Desde o tempo em que se candidatou a Vereador, em Curitiba; foi Vereador, pedindo voto de esquina em esquina, de casa em casa, de boteco em boteco, e foi Vereador! Aí, resolveu ser candidato a Deputado Estadual, e lá foi ele seguindo a sua trilha e pedindo votos! E não é que, o povo, outra vez aprovou o nome de Maurício Fruet. "Pois é, ele foi deputado estadual".

Este moço saiu outra vez, foi pedir votos para ser deputado federal e acabou sendo deputado federal mais votado do Estado do Paraná, pedindo votos, inclusive em botecos de esquina e em todos os locais onde se encontra o povo. Isso é democracia que o PMDB prega e nós vamos homologar, companheiros do PMDB, já que os ilustres companheiros do PDS não o farão. Vamos homologar um homem com cheiro de povo, um homem de voto, um homem com voto, um homem que já passou pela experiência popular e se vamos fazer, vamos fazer, porque a lei assim exige, e não é lei nossa, mas é lei do Governo Federal, apresentado e defendido pela Bancada do PDS.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte. De boteco em boteco também nós vamos, porque, de vez em quando, nós também tomamos uma cachaça. Tomar uma pinga com o povo e muitas vezes, Deputado, não queremos, como sabe Vossa Excelência, atingir a pessoa do digno Deputado Maurício Fruet, que nós defendemos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Quem falou em boteco foi o seu Líder. Nós freqüentamos botecos sim, onde está o povo. Ele vota.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós também freqüentamos. Jogamos truco, Deputado, e estamos com o Deputado Maurício Fruet, apesar de cada um estar em um partido.

Eu queria que Vossa Excelência não repelisse os homens que pretendem votar em Maurício Fruet. Queria que Vossa Excelência fizesse um apelo para que esse moço, como Vossa Excelência, como nós, que toma "pinga" nos botecos, que também votássemos nesse moço, que é a esperança de Curitiba.

Vossa Excelência generaliza a Bancada do PDS. Vossa Excelência com a devida vênia, com o devido respeito que tenho, votaremos "sim ou não" a Maurício Fruet e nunca deixamos de reconhecer os méritos desse moço.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu pensei ter entendido que a sua Liderança houvesse fechado questão. Pensei ter ouvido isso, Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência concede um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Ferrari, é com muito prazer que nós ouvimos o seu pronunciamento. Alguns reparos é necessário que se faça. Primeiro, parece que Vossa Excelência tem uma "bola de cristal". Afirma concretamente que se houvesse uma eleição amanhã, o PDS perderia novamente. Vossa Excelência precisa saber que o povo vai acompanhar o Governo de Vossas Excelências, para decidir novamente dentro de 4 anos, quem são os vencedores e uma derrota como Vossa Excelência frisou muito bem do ex-Governador Ney Braga, eu acho que nada significa para que se possa retalar o nome de um homem honrado como ele o é.

Vossa Excelência já foi derrotado para deputado estadual, como eu também já fui.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Só que hoje eu sou Deputado e o seu Líder pertence à massa falida do PDS.

O Sr. Tércio Albuquerque — Permita-me concluir.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu tenho que dividir. Vossa Excelência fez um discurso e não concedeu aparte a ninguém. Concedo aparte ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Nobre Deputado, gostaria de dizer que não é novidade nenhuma o desespero em que se vê, em certos Deputados do PDS, quando hoje aqui, através da Assembléia Legislativa, haverá uma decisão dos Deputados da Bancada do PMDB para escolha do Prefeito da nossa Capital, Maurício Fruet. Podemos adiantar que Maurício Fruet, que nós já o conhecemos, apesar de residirmos anteriormente no Norte do Paraná, mas nós temos conhecimento que Maurício Fruet não tem aquele cheiro de naftalina, porque não será na verdade, Prefeito de Curitiba, tirado do "bolso de colete". Já foi testado várias vezes pela massa e já deu a sua prova de integridade e que tem todas as qualidades para exercer a função de Prefeito de Curitiba. E dizer ainda aos nobres Deputados do PDS, que contestam esta indicação, mas que isso são frutos do próprio PDS a extinta ARENA, que após a Revolução de 1964, criaram todas as formas para destruir, para que o povo tivesse uma participação maciça. Criando, assim, uma série de armadilhas para cercar o povo e aqueles que procuravam realmente uma democracia neste Estado e neste País, e que hoje, nobres Deputados do PDS, essas armadilhas estão desarmando em consequência de um pedido popular e dos homens que se integram ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que busca, realmente, os interesses da comunidade paranaense. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Maurício Fruet, Prefeito de Curitiba, quando se elegeu Deputado Federal, alguns órgãos de comunicação de Curitiba fizeram pesquisas para conhecer a opinião pública ou saber da opinião pública qual o homem que deveria ocupar a Prefeitura Municipal de nossa capital. Todas as emissoras de rádio, jornais que fizeram a pesquisa, o nome de Maurício Fruet apareceu de forma extraordinária, disparando na frente. Então, não se trata de bola de cristal, ou um teste de futurologia, é o que a imprensa noticiou.

A disparada deste cidadão, que vem desde Vereador, hoje é Deputado Federal e será a partir de hoje Prefeito de Curitiba. Não são todos os homens que têm este dom, o dom de conquistar no peito de cada um dos trabalhadores a amizade, o amor e o respeito. E quando eu disse que 4 meses e 9 dias após as eleições de 15 de novembro, o PDS levaria outra surra, fora Maurício Fruet candidato a prefeito direto, não é também bola de cristal, é o que comenta o povo em todos os locais, em todas as esquinas. Agora há pouco a galeria manifestava-se num pronunciamento feito pelo PMDB, a galeria é povo, povo, voto. É o eleitor que comparece e acompanha e quer viver o dia-a-dia do PMDB, porque está cansado, saturado desse espírito de pressão que faz e tem feito através dos anos do Governo do PDS. Sérgio Spada:

O Sr. Sérgio Spada — Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me concede. Hoje, realmente, estamos vendo um festival de contradição, de incoerência e de falsidade, como foi dito da tribuna desta Casa. Mas, realmente, estamos vendo que esse festival que se processa principalmente no lado direito ou exclusivamente no lado direito deste plenário, Deputados, com alguma exceção, do partido que sustenta a ditadura já há 18 anos, se fazem de besta. Esquecendo-se que ainda hoje não temos eleições para prefeito, porque o partido do amém não a quis.

O próprio Deputado Maurício Fruet, teve a oportunidade, no final do ano passado, de apresentar uma Emenda Constitucional para devolver ao povo o direito de escolher os seus prefeitos. E de pronto essa emenda foi rejeitada. Por quem? Pela Bancada do PMDB. Não, pela bancada de Vossas Excelências Deputados que hoje vêm à tribuna nesta Casa, Sr. Deputado, num ataque histérico à Bancada do PMDB, que sustenta há muitos anos prefeitos interventores, prefeitos imorais, que sequer foram eleitos para inspetores de quarteirões na sua cidade. Hoje, Sr. Presidente, Sr. Deputado, estamos aprovando o nome de Maurício Fruet, mas, temos certeza que Maurício Fruet será o número um do movimento que continua em prol da autonomia dos municípios no CONAN – Comitê pela autonomia dos municípios.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O homem vive procurando novas fórmulas de aperfeiçoamento das leis, esquecendo-se que a lei maior é o respeito à dignidade humana, ontem e hoje, desrespeitada pela prisão politicamente e juridicamente injusta, do nosso irmão, Juvêncio Mazarollo, hoje completando 177 dias de prisão injusta e desumana.

Por decisão da nossa bancada, haveremos de permanentemente quando fizermos uso da palavra, lembrarmos a todos que, neste Paraná, existe um preso político, desumanamente injustiçado. O meu pronunciamento hoje não trago por escrito, porque haverão de falar as cordas sinceras e sensitivas do coração e do sentimento, porque conhecedor da personalidade do “modus vivendi”, do cidadão Maurício Roslindo Fruet. Tive o privilégio e a honra de, com ele, trabalhar e chefiar o seu gabinete nesta Assembléia durante dois anos, quando ele foi 2.º Secretário desta Casa. Por isso, hoje, começo a sentir que esta cidade haverá de ter o princípio das portas da Prefeitura Municipal realmente abertas para o povo sofrido, esquecido e esfomeado; que forma nesta Capital sorriso do Paraná, decantada pelos poetas, forma o cinturão de fome e de desgraça que esta revolução desgastada criou e implantou no Paraná e no Brasil.

Hoje, vejo que esta Casa haverá de mandar para a Prefeitura Municipal, um homem com a sensibilidade necessária para ouvir os reclamos e os protestos das camadas mais desfavoráveis da sociedade. E haveremos de postergar, de uma vez para sempre, os privilégios das elites econômicas, que incamparam o poder na cidade de Curitiba, por tantos anos, bionicamente, implantada pela prepotência de uma lei arbitrária que nós repudiamos e nós a combatemos porque nós defendemos, isto sim, a eleição direta através do voto livre e popular de todos os cidadãos. Infelizmente, os homens do PDS, ainda com cravo arraigado e enraizado no seu cérebro e no seu coração, não tiveram ainda a sensibilidade necessária de votar a lei que dá autonomia ao povo das capitais de eleger os seus prefeitos.

Nós do PMDB, fiéis aos nossos postulados, não renegando jamais a nossa pregação ideológica, o PMDB haverá de continuar esta luta e esperamos que os nobres companheiros do PDS estendam aos seus companheiros da bancada federal, o apelo para votar a emenda que transforma as eleições indiretas dos Prefeitos das Capitais, em eleições diretas, promovida pelo povo das capitais do Brasil.

As afirmações e as injúrias assacadas, ao lembrar o

passado das colocações dos nossos companheiros, deveria também, se nós aqui estivéssemos para rememorar ou reviver o passado, deveriam também serem feitas, com relação aos pronunciamentos dos ilustres companheiros da Bancada do PDS.

Mas hoje para mim, é um dia de alegria e um dia de festa, porque Curitiba afinal voltará a ser a Cidade Sorriso do Paraná. E mais do que isso, haverá de começar a ser o sorriso do trabalhador, desta população que nos últimos 10 anos inflacionou esta cidade, com o acréscimo de quase 90%. Neste êxodo rural, fruto de uma política agrária injusta e desumana, implantada e defendida pelo Governo Federal, e sustentada pela classe política constituída pelos Deputados do PDS, temos a insatisfação de poder dizer: Curitiba multiplicou em pessoas, em fome e em miséria, fruto, principalmente, do êxodo rural, de uma política agrária, onde o trabalhador do campo é desassistido, onde se utiliza a fome e a desgraça do nosso irmão para promoções políticas eleitoreiras. Mas, esta Casa e este novo tempo, estes novos governos que a Oposição elegeu no Paraná e no Brasil, haverá, isto sim, de reformular este espírito, de reformular estes corações e poderemos realmente implantar uma política justa e humana, onde as cordas dos nossos corações falem mais alto do que as cordas dos cérebros econômicos, quando vêm os números e não vêm os gritos de fome, de miséria e de desespero e de tantas famílias que morrem diariamente na indigência por este País a dentro.

Concedo o aparte ao nobre Deputado, Edgar Pimentel. Seja breve.

O Sr. Edgard Pimentel – Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, Deputado Alencar e nesta minha iniciação na vida parlamentar, a gente se coloca dentro de objetivos bem definidos no tocante à definição que entendemos nós de democracia. E eu me agarro agora ao pensamento do grande estadista, do “mater” da democracia americana e universal, Abraham Lincoln, que, certa feita, assim se expressou: “nenhum homem é suficientemente bom para governar outros homens sem o consentimento desses”. Lin-

coln escrevia, naquela ocasião, talvez o mandamento maior da democracia. E creio que nós colegas e companheiros do PDS, estão ajustados a essa colocação do eminente estadista, do saudoso estadista americano. E, dentro desta visão, e por extensão, disse ainda Lincoln um outro pensamento que ele deixou, e que a humanidade toda tem, talvez, conhecimento: “não os critiquem, porque são eles o que seríamos em idênticas condições”. As condições vividas, hoje, pelo Partido de Vossa Excelências, são as mesmas condições vividas pelo nosso partido, há 4 anos atrás. De sorte que, o PMDB que tanto criticou a condição vivida pelo PDS em ter que indicar um prefeito da capital pelo voto indireto, tem que hoje se ajustar a essa lei, a essa determinação, elevar à Prefeitura de Curitiba o cidadão Maurício Fruet. Era esse o aparte que queria fazer ao discurso de Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – Só uma colocação, para dizer ao nobre Deputado aparteante, de que me alegro por sabê-lo leitor de Abraham Lincoln, e entristeço-me por não ter visto no seu passado a prática dos ensinamentos democráticos ensinados por Abraham Lincoln.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Paulo Cesar Furiatti.

O Sr. Paulo Cesar Furiatti – Nobre Deputado, gostaria apenas de, em alguns segundos aqui, dizer que não concordo com as afirmações feitas pelo nobre Deputado Edgar Pimentel, visto que a situação porque encontramos-nos hoje, nesta Casa, não representa a mesma situação de subserviência, situação de joelho dobrado da Bancada do PDS, porque a Bancada do

PMDB, a nível nacional, não admite eleição indireta e está lutando para que o povo tenha o direito de voltar a votar em eleição direta. Estamos submetidos a um Poder Central, a um Governo Central que tem na Bancada do PDS a sua barra forte, a sua espada que mantém esse estado de coisas.

E, se hoje, a Bancada do PMDB tem o sentido de votar dentro de um processo eleitoral, isto não quer dizer que nós tenhamos a mão aberta para esse processo.

Agora, dizemos, o PDS, sempre teve condições de mudar essa situação e nunca a mudou.

Nós não nos mantemos de espinha dobrada como a Bancada do PDS sempre se dobrou ao Governo Estadual e se mantém dobrado ao Governo Federal.

Era só isso, nobre Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do ilustre companheiro Furiatti.

Realmente, as colocações do nobre companheiro foram exatas e foram precisas.

Desejaria mais ainda, dizer, refutando o aparte do Deputado do PDS, que, as condições do nosso partido, neste momento, ou em qualquer momento outro, jamais haverão de ser idênticas às que Vossas Excelências viveram em qualquer instante da vida partidária de Vossas Excelências, porque os nossos postulados são os postulados da democracia e da liberdade, e Vossas Excelências, compactuaram foi com o arbítrio e com a ditadura, Vossas Excelências compactuaram foi com as torturas, Vossas Excelências compactuaram foi com as invasões de domicílios ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência compactua agora! Demagogia, Deputado!

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Com as violações de correspondências ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? Demagogia, Deputado, isso é demagogia barata, Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Eu permiti o seu aparte e respeitei, respeite a minha palavra porque eu não concedi aparte, nobre Deputado, espero que Vossa Excelência tenha a postura de um Deputado e respeite a minha palavra, como eu respeitei o seu aparte!.

Quero dizer que Vossas Excelências durante esses 18 anos, nobre Deputado, o que Vossas Excelências defenderam não foi a democracia e nem a liberdade, Vossas Excelências defenderam, isto sim, e sustentaram politicamente, foi o regime de aviltamento da condição do ser humano, quando o ser humano deveria ser respeitado na sua integridade total, dos pés à cabeça, por dentro, e por fora! Vossas Excelências

compactuaram e aplaudiram as cassações dos maiores líderes deste Estado, dos maiores nomes de respeitabilidade do Brasil; Vossas Excelências compactuaram com o assassinato de Wladimir Herzog, nos porões infectos da ditadura do 11 Exército, em São Paulo; Vossas Excelências defenderam o assassinato de Édison Luiz, no Restaurante Calabouço, na Guanabara; Vossas Excelências sustentaram politicamente, e isto sim.

Nós denunciemos e podemos dizer a Vossas Excelências que, nunca o nosso Partido haverá de ter a mesma postura porque nunca e jamais haveremos de defender ditadura, nunca, jamais, haveremos de defender o arbítrio, a prepotência e o desmando implantados pela força, nós haveremos de respeitar,

isto sim, a democracia e a liberdade que têm Vossas Excelências de me apartear e, eu, lhes conceder apartes e respeitar as suas palavras, embora não concorde, como diria Voltaire: "Com uma só palavra do que dizeis, mas respeitarei até à morte, o vosso direito de dizê-las".

Nós não estaremos, hoje, ou em qualquer um outro dia, na mesma condição do seu partido, nobre Deputado.

Perdoe-me. O amor à liberdade e à democracia inflamam-me, perdoe-me, porque Vossa Excelência não sabe realmente o que é amar, eis que, se soubesse o que é amar, jamais daria sustentação política à violência contra a dignidade humana.

Não seria este o tom do meu discurso nem a minha intenção nesta tarde. Era até, a minha intenção, fazer uma apologia ao meu grande amigo e irmão Maurício Fruet, a quem rendo a mais doce das amizades, a mais sincera e mais leal amizade, e dizer, ao povo de Curitiba, que, ele está de parabéns por que finalmente, Curitiba da fome, Curitiba necessitada, Curitiba necessitada até, do diálogo, desta vez vai ter!

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentá-lo pelo seu brilhantismo, pela propriedade com que está realizando as suas colocações, e queria dizer, Sr. Deputado, que, os ataques da bancada, de parte da Bancada do PDS contra o PMDB, afigura-se como aquela grande estátua de que fala a Bíblia: "Parte de ferro, parte de bronze, mas os pés, de barro". Não resiste a menor argumentação. Uma estrutura política não se resume na sua Bancada Estadual - gostaríamos, até, de sugerir àqueles que, nos seus pensamentos gostariam de dar os pésames ao PMDB, para que eles pregassem e cobrassem, dos seus Deputados da Bancada Federal, que, aprovassem a Emenda Benevides, porque não será o PMDB quem tolherá a bandeira da eleição direta nas Capitais deste País, de forma alguma. Gostaria de afirmar que eles provem pelos seus atos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos)
A Presidência lamenta, mas seu tempo está esgotado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulin, inscrito.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Nós assumimos a tribuna desta Casa no dia de hoje, em que se discute e se vota o nome do Deputado Federal Maurício Fruet para Prefeito da nossa Capital, da nossa querida cidade de Curitiba. (Lê):

"Ao longo de minha jornada política, vivida por mais de uma década, a qual se realizou especificamente ligada às atividades municipalistas, o processo de provimento do cargo de Prefeito Municipal das Capitais e dos Municípios considerados de interesse da segurança Nacional sempre mereceu de minha parte um profundo exame e observação, tendo eu me posicionado, convictamente, a favor da eleição pelo voto direto. Defendi esta tese nos incontáveis congressos e encontros municipalistas, realizados em todos os quadrantes do Brasil, elegendo essa proposta como bandeira das mais autênticas aspirações dos cidadãos daquelas comunas.

Ressalvo, portanto que sempre advoguei e participei de movimentos políticos institucionais que visavam a restauração das eleições diretas para prefeito das capitais como membro da Comissão Executiva da Associação Nacional dos Presidentes de Câmaras das Capitais, Estados e Territórios Brasileiros, tive a oportunidade de apresentar ao saudoso Ministro da Justiça PETRÔNIO PORTELLA e, posteriormente ao Ministro

ABI-ACKEL, tese de nossa autoria, aprovada em congresso municipalista, defendendo e propugnando pela adoção desta medida democrática, daí porque, não são apenas os membros de outros partidos e correntes partidárias, os donos exclusivos desta idéia latente em todos os espíritos democráticos de nossa sociedade.

Vejo, no atual processo de indicação do prefeito das capitais apenas um ritual formalístico a deferenciá-lo do simples convite feito pelo chefe do Poder Executivo, para a composição do seu secretariado, o que torna, desta maneira, o Prefeito das Capitais simples preposto, politicamente subalterno ao poder decisório do Governador que o indicou."

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Queria apenas, Deputado Gulin, dizer a Vossa Excelência, que concordo em gênero, número e grau. Veja Vossa Excelência a nossa amizade pelo futuro Prefeito de Curitiba. E fazendo um retrospecto no passado, veja Vossa Excelência a assertiva de Jayme Canet ao indicar Saul Raiz para Prefeito de Curitiba. Não foi um homem também que veio pela vontade popular. Mas, foi um homem que trabalhou por sua terra e por sua gente. Muitas vezes na euforia de nos hostilizar, os nobres Deputados da Bancada Situacionista, nos hostilizam e dizem que foram dezoito ou vinte anos de arbítrio, dezoito ou vinte anos de desmando, eles esquecem que tivemos um Paulo Pimentel no Governo, eles esquecem que tivemos um dos grandes governadores do Paraná, um dos líderes brasileiro que também não foi indicado pela vontade popular, que se chama Jayme Canet Júnior, que desta tribuna, muitas e muitas vezes nós o defendemos. Eles esquecem que Ney Braga, o homem que ainda é o nosso Líder, e nós diríamos, parafraseando os que dizem que errar é humano e perdoar é divino, parafraseando os homens que esquecem que se não fora Jayme Canet, o nosso companheiro, ex-companheiro, Afonso Camargo, numa noite memorável, não seria Senador da República porque foi com a nossa bancada, por intermédio da Bancada da ex-Arena, que nós o colocamos lá.

Deputado Gulin nós respeitamos a vontade da maioria do povo do Paraná, respeitamos o nosso Governador José Richa, como também queremos que respeitem a nossa posição. Porque, desta tribuna que está Vossa Excelência, nós, com os cabelos encanecidos, defendemos dessa trincheira, um dos melhores Governadores do Paraná que se chama Jayme Canet Júnior. Hoje, infelizmente, as oposições e as situações são opostas, mas nós continuamos no nosso ponto de vista a dizer que quando Jayme Canet apontou Saul Raiz para Prefeito de Curitiba, nós estávamos aqui, inertes mas sempre alertas, para que Curitiba tivesse, Deputado Gulin, o respeito de um homem administrador que Vossa Excelência sabe.

O meu respeito pelo nosso companheiro e dedicado amigo Maurício Fruet, é o mesmo respeito que eu dedico a Jayme Canet Júnior e ao biônico Afonso Camargo Neto, que graças ao PDS e graças à ARENA, ele ainda tem um lugar no cenário nacional. Porque nunca e nunca ele terá também uma eleição. Fomos derrotados, mas, graças a Deus, estão aqui 24 homens que vieram aqui para defender a democracia.

Perdoe-me por eu estar fazendo um discurso paralelo, com o respeito que eu tenho por Vossa Excelência. E queria que os nobres Deputados do PMDB, respeitassem a figura de Jayme Canet, quando falaram ontem que foram vinte anos de desmando - tivemos Paulo Pimentel, Jayme Canet e Ney Braga - os homens que não querem outra coisa a não ser o bem estar do Paraná e de sua gente. E o tempo, o tempo dirá Depu-

tado, porque o tempo jamais deixa de fazer justiça e a justiça há de vir. Quando defendíamos e haveremos de defender sempre a brilhante figura de Canet Júnior, e a brilhante figura de Ney Braga, somos farinha do mesmo saco; e levaremos de estar por fora do saco hoje, mas haveremos de estar aqui, desta tribuna, para defender a verdade.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DONATO GULIN — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, principalmente a citação de nomes de homens que sempre engrandeceram o cenário político e administrativo do Estado do Paraná.

Mas, continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Continua lendo):**

Ademais, esse processo que merece uma maior manifestação dos próprios munícipes - primeiros e únicos interessados - vem ao contrário, aliená-los de uma participação mais efetiva e justa, impedindo-lhes o direito da escolha. Isso é suprimir uma expressão democrática - direta ou indireta.

Por que então esse sistema de eleição não é levado à exclusiva análise, debate e decisão das competentes Câmaras municipais das capitais, visto que os homens que lá se encontram vivem os problemas de sua comunidade, sentem as suas aspirações e são os legítimos delegados de sua comunidade, sentem as suas aspirações e são os legítimos delegados da vontade popular, a nível municipal? Não conferir-lhes essa autoridade, nascida da vontade do povo das capitais, é interromper um processo de abertura democrática.

Que autenticidade têm os deputados desta Casa para interpretar a vontade dos munícipes curitibanos, quando a maioria de nós outros foi eleita pelo povo do interior do nosso Estado? Quantos nobres Deputados que aqui se encontram hoje, participando desta eleição indireta, que conduzirá o ilustre Deputado Maurício Fruet à Prefeitura de Curitiba, tiveram o mínimo de votos nesta Capital?

Votarei sim, meus nobres Deputados, porque assim prescreve a Constituição. Mas, fiel à orientação de nossa bancada, o meu voto será em branco. Esta posição decorre de uma conduta político-partidária, porque comungamos dos mesmos princípios que têm orientado todas as decisões dentro do partido. Este voto em branco não significa veto às qualidades do futuro Prefeito. Conquanto o nobre Deputado Maurício Fruet não seja homem do nosso Partido, todavia não lhe pouparei, se merecidamente, o meu público aplauso pela eficiência e retidão de sua administração, bem como a minha crítica oportuna, quando necessário for.

Como Deputado Estadual, honrado que fui, com o voto de expressiva parcela do povo curitibano, permanecerei atento a todas as realizações de seu Governo, sempre sensível aos interesses e reivindicações, da comunidade curitibana, dos quais não abdicarei jamais, em qualquer tempo, em qualquer hora, em qualquer lugar".

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Permite-me um aparte?

O SR. DONATO GULIN — Permito o aparte a Vossa Excelência, nobre Deputado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado Donato

Gulin, lamentavelmente, nesta tarde, estamos aqui para obedecer um preceito constitucional que o partido de Vossa Excelência há quase 20 anos no poder, maculou e estragou a Constituição da República. E, infelizmente, nobre Deputado, se o palco das discussões não é a Câmara de Vereadores, é culpa também do Partido ao qual Vossa Excelência pertence. Por isso, acho descabido totalmente e pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde. Vossa Excelência deve sim, fazer com que o Congresso Nacional aprove as eleições diretas às Capitais e para a área de Segurança Nacional. Porque, somente assim, pronunciamento desta ordem terá cabimento numa Casa de Leis.

O SR. DONATO GULIN - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e gostaria até de dizer

mais, que realmente não tivemos ainda a oportunidade de chegarmos à Câmara Federal para termos direito a voto naquela Casa e tomar as decisões devidas. Mas, já fizemos todos os trabalhos possíveis dentro da nossa área política, como Vereador e Presidente da Câmara de Curitiba. Agora, gostaria de saber de Vossa Excelência, qual foi a sua efetiva participação para a mudança do sistema?

(Sem revisão do orador)

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Fazem quatro anos que usamos esta tribuna para defender a redemocratização total deste País e Vossa Excelência não fez um minuto sequer na Câmara de Vereadores. Nós o fizemos, neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o orador inscrito nesta fase, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para sugerir ao Líder da Bancada do PDS e ao nosso Líder, que falem cada um, por 10 minutos no encaminhamento da votação, e que os demais Deputados se abstenham de falar, porque terão a palavra dos nossos líderes. Eu faria esta sugestão, para que a votação fosse feita imediatamente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência informa ao ilustre Deputado que não pode, de ofício, tomar esta decisão.

No entanto, se os Srs. Deputados Líderes encaminharem à Mesa requerimento neste sentido, mesmo verbalmente, esta Presidência terá condições de atendê-los.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, concordo com a indicação desde que eu estava inscrito em último lugar. Me cabe, então, preservar esta posição. Concordo, desde que não seja alterada a posição de último inscrito.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Devo informar ao ilustre líder, que as inscrições para encaminhamento da votação se encontram sobre a mesa, e que o último orador inscrito nesta fase é o Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. De modo que esta Presidência não pode determinar este critério, a não ser que seja um acordo entre as lideranças.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, declino da minha inscrição.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Esta Liderança concorda com a proposta feita pelo Deputado Anibal Khury e referendada pelo Deputado Líder do PMDB, Nilso Sguarezi.

Entretanto, gostaria que Vossa Excelência, com relação à colocação dos oradores, se ativesse ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência atende e continua, ainda, à disposição dos Srs. Deputados, a inscrição, antes de entrarmos em fase de Encaminhamento de Votação.

Consulto o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, se fará uso da palavra, para discutir a matéria.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, desde que me seja preservada a palavra em último lugar, que era a minha posição na discussão, concordo com o encaminhamento, e me parece que a proposta do Deputado Anibal Khury é no sentido apenas de que dois oradores usassem a palavra, as duas Lideranças, e ninguém mais encaminharia a votação.

Parece-me que essa é a proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência, respondendo a Vossa Excelência: A Presidência não pode determinar quem será o primeiro ou o segundo, eu devo obedecer a ordem de inscrição. Vossa Excelência estava em último lugar na fase de discussão da matéria; com respeito a essa fase, que entraremos agora, esta Presidência não tem como transferir a última posição, ou a primeira, para esta nova fase. Depende de acordo entre as Lideranças.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, usarei então os meus quinze minutos e posteriormente então, não encaminharei a votação.

Código Civil Brasileiro — Artigo 1.092: “Nos contatos

bilaterais nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro”.

Código Civil, desde 1916 utilizado no Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me tranqüilo o encaminhamento quanto à figura do nobre e respeitado Deputado Maurício Fruet. Os diversos oradores que aqui vieram, quer da bancada do PMDB quer da bancada do PDS, só teceram considerações, as mais auspiciosas, e não cabe, portanto, qualquer apreciação quanto aos méritos do homem indicado pelo Governador José Richa para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Toda a discussão, veemente, acalorada, cingiu-se ao processo eleitoral que agora se desenvolve. A discussão travada foi quanto à forma dessa eleição. Alguns oradores da nobre bancada do PDS, tiveram o cuidado de ir aos Anais desta Casa e pinçarem algumas frases de meus pronunciamentos nesta Casa, em datas em datas em que aqui se indicaram e foram votados outros Prefeitos de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Não vou permitir apartes, porque durante todo o tempo não aparteei ninguém. Não vou ofender ninguém, não vou atacar ninguém, em respeito à decência e à moralidade desta Casa.

Peço aos Colegas, que me entendam.

Tocaram no meu nome pessoal, procurando apontar uma incoerência minha, e, a ironia era tamanha, que quando eu passava entre meus próprios colegas, um jornalista me indagou:

— Sguarezi, você não se sente constrangido de ter que, hoje, na condição de Líder do Governo, encaminhar uma eleição indireta?

Confesso-lhes. Sinto-me constrangido. Sinto-me constrangido porque, durante tanto tempo nesta Casa, e as minhas palavras, lembradas pelos nobres Colegas do PDS, quando aqui nós bradávamos, protestávamos contra este processo espúrio e ilegítimo de guindar um homem à Prefeitura, sim, sinto-me constrangido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cobrou-se aqui, da nossa bancada, coerência, cobrou-se aqui, da nossa bancada, que fizéssemos o mesmo procedimento inclusive saindo do

plenário, e coisa que não fizemos anteriormente. Protestamos, mas não saímos. Fizemos a nossa declaração de voto, como eu venho à tribuna em nome da nossa bancada fazer o protesto contra o processo espúrio da eleição indireta, protesto que o nobre Líder Freitas Nobre fez quando a nossa bancada federal, que fala pelo partido, em âmbito nacional, ao tomar posse no Congresso Nacional, numa questão de ordem, como sempre é feita, fez ressalva ao juramento à Constituição quando ela se refere ao processo espúrio da eleição indireta.

Venho aqui, em nome da nossa bancada, fazer e consignar este protesto, constrangido, é verdade, por ter que desempenhar este papel, mas quem nos constrange, que nos obriga e nos oprime a isto? Os homens do PMDB, que têm escrito no seu programa partidário e o cumprem à risca nesse sentido, da defesa intransigente da liberdade das eleições diretas?

Quem é o constrangedor que nos obriga, a todos nós, como obrigou Vossas Excelências, no passado, e como muito bem disse um Deputado, a ficarem inertes. Quem nos obriga? Portanto, Srs. Deputados, não nos cobrem coerência, não cobrem coerência aos homens do PMDB, quando os responsáveis pelo constrangimento que hoje aqui passamos, não os senhores, talvez, mas o partido de Vossa Excelência que até hoje não teve a postura e a coragem, nas suas escalas maiores, aquelas que traçam a política nacional, que ainda estão submissos, que ainda não assumiram a postura de homens decentes, de protestarem contra esta forma espúria de eleição indireta.

Não exijam coerência de nós, quando o partido de

Vossas Excelências não cumpre a primeira obrigação do próprio Estatuto Partidário de Vossas Excelências, que também defende as eleições diretas, porque nos criticaram, nos cobraram coerência, mas e a solução? Foi apresentada alguma solução por Vossas Excelências?

O nosso partido apresentou a solução. Ela está no Congresso Nacional, é a Emenda Benevides, que restaura as eleições diretas.

Repetirei a Vossas Excelências, o que sempre nos disseram: críticas não adiantam, importam soluções. Não façam oposição apenas criticando, mostrem soluções.

Solução só uma: restaurar as eleições diretas. Aí, todos teremos a plenitude de encaminharmos junto com o povo, nos palanques, na liberdade, na expressão legítima do voto, o encaminhamento de um Prefeito de Curitiba e das áreas de segurança.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me constrangido, mas não incoerente. Constrangido, é verdade, porque me proponho a uma luta maior, como disse aqui no dia da nossa posse, que a conquista do Governo do Estado do Paraná não representava o fim supremo do PMDB, mas representava uma conquista e um instrumento para debelar o autoritarismo que ainda está consagrado nesta República.

E guindar Maurício Fruet, um dos homens que mais tem se empenhado pelas eleições diretas, nas áreas de segurança, nas capitais dos estados, à Prefeitura Municipal de Curitiba, é constrangedor por este processo.

Fica, no entanto, a certeza inabalável de que pela primeira vez no Brasil se estará colocando numa Prefeitura Municipal da capital, um grande defensor das eleições diretas para vulnerar ainda mais, para mostrar ainda mais o paradoxo e a incoerência do Brasil que vivemos, quando um Prefeito eleito indiretamente como é agora, a partir de amanhã, Maurício Fruet continuará assim, como fez até hoje, o comando da luta pela recuperação das eleições diretas nas prefeituras de capitais.

Por isso, Sr. Presidente, sinto-me constrangido porque não posso ver o povo exercer o seu direito, mas não incoerente, porque esta é apenas uma etapa de luta que desenvolvemos, da luta que enfrentamos.

Por isso não podemos sair deste plenário, porque uma tarefa muito árdua, ingente e perigosa nos espera pela frente. É a tarefa de, com a nossa voz, com o nosso brado, com o nosso alerta, não com a nossa inércia, conquistarmos a verdadeira democracia para o Brasil.

Fica pois, Sr. Presidente, no momento em que o PDS não nos apresenta outra solução, apenas nos cobra coerência, a saída de colocarmos na Prefeitura o homem que até hoje foi intransigente nesse processo e que haverá de sê-lo, para que não só no Parlamento, para que não só nos palanques, a voz da liberdade, a voz da eleição direta nas prefeituras, nos ouça. Mas, principalmente, para que, dentro de uma Prefeitura Municipal, um homem eleito indiretamente, seja o porta-voz para mostrar toda incoerência do sistema mantido pelo partido que ainda detém o poder, que é o PDS.

Fica pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consignado aqui o nosso protesto contra este processo. Não admitimos porém, crítica e qualquer reparo do PDS, porque ele não nos deu a solução. Ele não votou, não estimulou a sua bancada e não estimulou o seu partido no Congresso Nacional, para aprovar a Emenda Benevides. Se ele tivesse, em qualquer momento, desenvolvido qualquer ação pelas eleições diretas, a cobrança procedia.

Por isso, não aceitamos qualquer repreensão de quem não cumpriu com a primeira obrigação a que me referi no Código Civil. Se tivessem cumprido primeiro o seu dever, "democrático", podiam exigir o nosso. Mas, por não terem feito isso, data vênica, me desculpem Vossas Excelências, não tem qualquer procedimento o sentido de pretenderem mostrar incoerência num episódio meramente circunstancial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrada a discussão. Antes porém, que essa Presidência anuncie o

encaminhamento de votação, desejo informar aos Srs. Deputados que a única inscrição mantida para encaminhamento de votação é do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Cumpre este Parlamento, nesta tarde, uma das mais altas e relevantes funções.

Eleitos que fomos pelo povo paranaense, aqui cumprimos a nossa obrigação, uma das quais votar o nome do indicado para prefeito de Curitiba. Ninguém, quando foi candidato a Deputado Estadual, desconhecia esse mandamento constitucional. Conhecíamos nós, os Deputados, nesta última eleição, como conheciam os Deputados que cumpriram com o mandamento constitucional nas legislaturas anteriores.

E o objetivo da bancada do PDS que aqui comparece, que não faz como a bancada ilustre do PMDB, que foge ao plenário, como nas legislaturas anteriores, sob argumentação naquela época, de coerência com o seu programa partidário. Está aqui a Bancada do PDS, exercendo a tarefa de fiscalizar e de fazer oposição, fiel ao sentimento e ao resultado das urnas, que democraticamente outorgaram o poder ao PMDB.

Mas aqui estamos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não para fazer como ilustres Deputados do PMDB que se importam mais com a versão e se esquecem do fato. O fato é que o Sr. Maurício Fruet será indicado Prefeito de Curitiba, pela via indireta, tão combatida no passado, pelos companheiros eminentes da Assembléia Legislativa; mas, do que desviar a atenção do fato: eleição indireta, do não compromisso do Governador do Estado: — "Richa eleito, eleição para Prefeito", procuram eminentes Srs. Deputados da Oposição preocupar-se com a versão do fato.

A versão que eles dão é a respeito do fato de Maurício Fruet ser radialista; e eu tenho profundo respeito pelo radialista, Sr. Presidente, mas não creio que o fato de uma pessoa ser radialista, o categorize para o exercício das altas responsabilidades da Prefeitura Municipal de Curitiba.

E é importante que se diga hoje, aqui e agora, que o fato desta tarde, que os Anais vão registrar, de que o futuro irá cobrar é que o partido ilustre do PMDB, coonesto com o processo de eleição indireta, fazendo a indicação de um dos seus deputados, para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nós, quando levantamos, o ilustre Deputado Gabriel Sampaio, o Deputado Tércio Albuquerque e eu, levantamos a posição anterior de representantes da oposição em outros processos anteriores, não o fizemos para criar qualquer tipo de constrangimento; ou para cobrar de Vossa Excelência uma questão de coerência; coerente temos sido, Sr. Presidente, em todos os atos da nossa vida pública; sempre a bancada do PDS pleiteou eleições diretas e sempre cumpriu com o seu mandamento constitucional, porque sabia, quando se dispunha a enfrentar o voto popular, que precisava votar no Prefeito indireto de Curitiba.

E isso, Suas Excelências os Deputados da Oposição, também conheciam esse mandamento constitucional. O que hoje verificamos aqui, Sr. Presidente, é que o engodo se completa. Atraiu-se o eleitorado de Curitiba, ardilosamente, com promessas de prefeito eleito, após a eleição de Richa.

Nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a frase de Ruy Barbosa é tão oportuna: "engodaram o ânimo público com os nada da letra".

"Os nada da letra" — do "slogan" de ontem — "Richa eleito, eleição para prefeito". Os "nada da letra" do programa do PMDB. Os "nada" da esperança com a descrença do eleitorado de Curitiba. Os "os nada" dos órgãos do "slogan" da promessa. "Os nada" da promessa democrática; com a forma de indicação indireta; "os nada" do futuro de Curitiba; porque não ouço falar num programa administrativo para Curitiba.

Vejo, sim, alguns preocupados em rebuscar o passado; em fazer acusações ou colocações pseudamente científicas, como a

de manipular dados para demonstrar que Curitiba não foi feliz nas últimas administrações; temos erros em Curitiba, temos dificuldades na nossa Capital, mas não é possível negar o mérito e o brilho das últimas administrações municipais de Curitiba.

Estão aqui eminentes deputados estaduais do nosso Partido que representam o eleitorado de Curitiba: o Deputado Erondy Silvério, o Deputado Ailton Cordeiro, o Deputado Ezequias Losso, o Deputado Donato Gulin, o Deputado Ivan Gubert e tantos outros Companheiros que aqui estão. Sempre, Sr. Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos ocasião, cada um dos deputados, ao analisar este processo de escolha indireta, que é marca desta tarde, que é o fato político mais importante neste mês, no Paraná.

O PMDB esquece o seu programa e vota no prefeito indicado. Este é o fato, Sr. Presidente. Não importam as versões. E é isto que a Bancada do PDS quer deixar claro nesta tarde: indicado o nome de Maurício Fruet, o PDS deseja ao ilustre Prefeito de Curitiba, toda a sorte de sucesso na sua administração. Estaremos aqui com a nossa palavra de crítica, porque a crítica, às vezes, é a mais leal contribuição que se pode oferecer ao administrador público, não simplesmente a oferta de elogios graciosos por uma antecipação no futuro.

Isto, Sr. Presidente, é que precisa ficar marcado.

Curitiba, infelizmente, não terá a eleição direta pleiteada e prometida na campanha da eleição. Curitiba, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não terá a consulta à população, promessa maior da campanha eleitoral. Curitiba terá sequer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma consulta plebiscitária que seria também uma atitude democrática, coerente, transparente, de uma democracia participativa, que só vale para o discurso, mas que não vale para o fato, que não vale para o voto.

Por isso, Sr. Presidente, a minha bancada resolveu participar do processo da eleição de Curitiba. Os eminentes Deputados Ailton Cordeiro e Erondy Silvério marcaram a posição do nosso Partido a nível de eleição.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência lamenta mas informa que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicitaria mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lhe concede mais um minuto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Os nossos Deputados de Curitiba, Ailton Cordeiro e Erondy Silvério, firmaram sua posição na Comissão Especial. Ouvimos o futuro Prefeito de Curitiba, hoje pela manhã, reunida pela maioria de seus integrantes, resolveu, participando do processo, votar em branco, para firmar o posicionamento do PDS, sabendo que o PMDB tem os votos suficientes para a eleição de Maurício Fruet para a Prefeitura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Passaremos ao processo de votação.

Antes porém, esta Presidência dará conhecimento à Casa, mais uma vez, de como se processará este ato.

Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal para o ato de votação dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência determinou a chamada nominal porque o processo de votação é secreto, feito através de chamada nominal. O Sr. Secretário irá proceder a chamada nominal para votação.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal)

Deputado Trajano Bastos; Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli (ausente), Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Anibal Khury, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, (ausente), Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel (ausente), Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves (ausente), Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara (ausente), Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessutti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco (ausente), Quielse Crisóstomo da Silva, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado Tuguio Setogutte Fuad Nacli (ausente), Basílio Zanusso, (ausente), Edgar Pimentel (ausente), Leônidas Chaves (ausente), Nelson Buffara (ausente), Péricles Pacheco (ausente), Deputado Wilson Fortes (ausente).
Votaram 51 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrado o processo de votação, para escrutinar os votos, convido uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Luiz Alberto de Oliveira e Anibal Khury, para proceder a escrutinação.

(É feito o escrutínio)

A Presidência vai anunciar o resultado apurado.

Votaram 51 Srs. Deputados. Votos em branco, 17; sim, 34. Deixaram de votar 7 Deputados, perfazendo o total de 58.

Em face desse resultado, declaro aprovado o nome do Sr. Deputado Federal MAURÍCIO FRUET, indicado pelo Sr. Governador do Paraná para o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Dessa aprovação, a Mesa dará ciência...

(Palmas)

Esta Presidência solicita aos Srs. que se encontram nas galerias, que não podem se manifestar, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Dessa aprovação, a Mesa dará ciência ao Sr. Chefe do Poder Executivo, dentro das próximas 24 horas.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (PELA ORDEM) Gostaria que a Presidência desse a público e a este plenário, e constasse em ata o nome dos sete Deputados que deixaram de votar.

O SR. PRESIDENTE — Os que não votaram aparecerão na ata da sessão de amanhã, porquanto foi procedida a chamada nominal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Especial, marcando ainda uma sessão ordinária para amanhã, dia 25, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 153/83

designar ANDREA CRIVELLARO, funcionária contratada deste Poder pela Resolução nº 71/80, a prestar serviços como datilógrafa junto ao Gabinete do Deputado José A. Fonseca, a partir de 15 de março de 1983. (Protoc. 1911).

PORTARIA Nº 154/83
conceder ao funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n.º 120, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 09 de março de 1983.

(Protoc. 1814)

PORTARIA Nº 155/83
mandar contar, para todos efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias conforme especifica:
ZENAIDE SILVA FILPO — Mat. 410 — 2 meses — 1982.
JOSÉ RENATO DUARTE — Mat. 039 — 2 meses — 1982.
SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO — Mat. 087 — 4 meses — 1981 e 1982.

PORTARIA Nº 156/83
conceder à funcionária NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 15 de março de 1983.

(Protoc. 1881)

PORTARIA Nº 157/83
designar HERÁCLITO MACHADO SANDANO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Arleir Ferrari Júnior, até 31 de março de 1983.

(Protoc. 1751).

PORTARIA Nº 158/83
mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 1910).

PORTARIA Nº 159/83
designar GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de Assistente de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

(Protoc. 1910).

PORTARIA Nº 160/83
transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 013/83, ao funcionário ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula n.º 475, ocupante do cargo de Secretário de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2030).

PORTARIA Nº 161/83
conceder ao funcionário ANTÔNIO CECY, matrícula n.º 060, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, a partir de 07 de abril de 1983, referentes ao exercício de 1981.

(Protoc. 2023).

PORTARIA Nº 162/83
mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.

150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionado todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem em dobro das férias conforme especifica:
MARIA MOREIRA MACENO — Mat. 220 — 2 meses — 1981.
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS — Mat. 502 — 2 meses — 1982.

PORTARIA Nº 163/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n.º 093, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar.

(Protoc. 1717).

PORTARIA Nº 164/83

designar RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, matrícula n.º 600, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

(Protoc. 1879).

PORTARIA Nº 165/83

designar WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, matrícula n.º 035, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

(Protoc. 1882).

PORTARIA Nº 166/83

designar CLÁUDIO MARQUES DA SILVA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como aprendiz de Operador de Computador, no Serviço de Processamento de Dados e Telex.

(Protoc. n.º 1862).

PORTARIA Nº 167/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CARLOS DOUGLAS BOKOWSKI, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 07 de março de 1979 e 07 de janeiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. 1533).

PORTARIA Nº 168/83

mandar retificar nos assentamentos funcionais, o nome de Sylvia Vieira Ugliano, funcionária contratada deste Poder, para exercer o cargo de Datilógrafa junto ao Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva, para SYLVIA MARIA VIEIRA UGLIANO, conforme documentos apresentados.

(Protoc. 1593).

PORTARIA Nº 169/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de

JOSÉ DE ARYMATHÉA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 23 de setembro de 1978 e 23 de julho de 1982, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 5.º quinquênio e das férias de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 1042).

PORTARIA N.º 170/83

conceder à funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 09 de maio de 1983.

(Protoc. 1514).

PORTARIA N.º 171/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula n.º 128, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 19 de junho de 1978 e 19 de abril de 1982, antecipado em razão da incorporação

referente ao 4.º quinquênio e das férias de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 1.000)

PORTARIA N.º 172/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de YONE CHAVES CAPRILHONE GARCEZ DA LUZ, matrícula n.º 337, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1976 e 01 de agosto de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio.

(Protoc. 792).

PORTARIA N.º 173/83

designar ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado, até 31 de março de 1983.

(Protoc. 1806).

PORTARIA N.º 174/83

designar SYLVIO SEBASTIANI, matrícula n.º 466, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. 1916).

PORTARIA N.º 175/83

designar SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Pêrcles Pacheco da Silva.

(Protoc. 1120)

PORTARIA N.º 176/83

I — revogar a Portaria n.º 552/79, que designou para prestar serviços no Departamento de Finanças, o funcionário JOSÉ LUIZ RAMUSKI, funcionário contratado deste Poder; e,
II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

(Protoc. 883).

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de março de 1983.
(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA - Diretor Geral